

**SIMTEJO**

**RELATÓRIO E CONTAS 2004**

## ÍNDICE

Composição dos Órgãos Sociais	2
Estrutura Orgânica da SIMTEJO	3
I. Perspectiva Geral	4
II. Relatório de Gestão:	8
a) Exploração dos Subsistemas	9
b) Investimentos	21
c) Situação Económica e Financeira	24
d) Recursos Humanos	31
e) Qualidade	33
III. Considerações do Conselho de Administração:	36
a) Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais	37
b) Artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais	39
c) Proposta de Aplicação de Resultados	40
d) Perspectivas para 2005	41
e) Considerações Finais	45
IV. Demonstrações Financeiras:	47
a) Balanço e Demonstração de Resultados	48
b) Demonstração de Resultados por Funções	51
c) Fluxos de Caixa e Anexo	52
V. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	54

---

## COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### Assembleia Geral

Presidente: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, representada pela Presidente Senhora Maria da Luz Rosinha

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário: Dra. Carla da Conceição Afonso Correia

### Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Adriano Cabaços Tourais

Vogal: Eng.º António Alberto Côrte-Real Frazão

Vogal: Dr. José Rui Roque

Vogal: Arquitecta Ana Paula Correia Vala Chagas

Vogal: Dra. Maria Alexandra Gonçalves, representante da Câmara Municipal de Lisboa

Vogal: Eng.º Carlos Manuel Martins, representante da Câmara Municipal de Loures

Vogal: Eng.º José Maria Ministro dos Santos, representante da Câmara Municipal Mafra

### Fiscal Único

PriceWaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., SROC, representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa

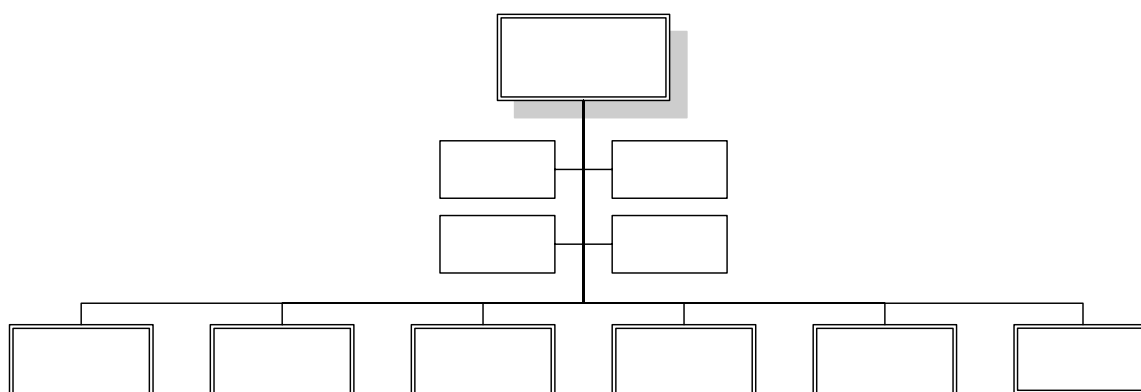
### Fiscal Único Suplente

Dr<sup>a</sup> Ana Maria Ávila de Oliveira Lopes Bertão

---

## A ESTRUTURA ORGÂNICA DA SIMTEJO

A estrutura orgânica da SIMTEJO encontra-se dividida em seis áreas, a saber :



GIC – Gabinete de Comunicação e Imagem

ASS – Assessores do Conselho

SEC – Secretariado

JUR – Apoio Jurídico

ECM – Área de Exploração e Venda a Clientes Municipais

MGS – Área de Manutenção e Gestão de Stocks

PPO – Área de Planeamento, Projectos e Obras

GRH – Área de Gestão de Recursos Humanos

AFA – Área Financeira e Administrativa

AQL – Área da Qualidade

## I. Perspectiva Geral

---

O exclusivo da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão, criado pelo Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de Novembro, foi adjudicado pelo mesmo diploma legal, em regime de concessão, à SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, por um prazo de 30 anos.

A SIMTEJO é a empresa concessionária responsável pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A Empresa foi constituída com o capital social inicial de 1,7 milhões de euros, detido em 50,5% pela AdP e em 49,5% pelos Municípios de Lisboa (23,5%), Loures (11,5%), Vila Franca de Xira (4,0%) e Amadora, Mafra e Odivelas (3,5% cada).

Expirado que foi o prazo de vencimento de deliberação do aumento de capital de € 37.000.000 (trinta e sete milhões de euros) decidido em 14 de Fevereiro de 2002 pelo conselho de administração, em aplicação do art.º 5º dos estatutos da SIMTEJO, aprovados no âmbito do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de Novembro, veio a Assembleia Geral a deliberar tal aumento de capital. Uma primeira deliberação ocorreu na sessão da Assembleia Geral realizada em 14 de Julho de 2003, a qual expirou sem que entretanto se concretizasse a realização desse aumento de capital por parte de alguns accionistas.

Na sessão da Assembleia Geral realizada em 12 de Novembro último foi novamente deliberado, por unanimidade, aumentar o capital social por novas entradas em dinheiro, no montante de € 37.000.000 (trinta e sete milhões de euros), por subscrição particular, através da emissão de 7 400 000 (sete milhões e quatrocentos mil) novas acções nominativas, da classe A, representativas daquele aumento, com o valor nominal de cinco euros cada uma, ao par, imediatamente subscrito por todos os accionistas na proporção das suas participações, sendo realizado, em metade, isto é € 18.500.000 (dezoito milhões e quinhentos mil euros) até ao dia 30 de Novembro de 2004, e devendo o remanescente, na importância de € 18.500.000 (dezoito milhões e quinhentos mil euros), ser realizado em dinheiro por uma ou mais vezes, até 31 de Outubro de 2005, de acordo com as chamadas do conselho de administração feitas por escrito, mediante carta registada com

---

aviso de recepção, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias relativamente ao momento da realização das entradas.

Em 31 de Dezembro de 2004, tinham correspondido a esta deliberação, para além da AdP, os Municípios de Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira. O Município de Amadora procedeu, inclusivamente, à antecipação do pagamento da tranche de capital social prevista para Maio de 2005.

Em 2004 e tal como em exercícios anteriores, a actividade da SIMTEJO continuou a ser decisivamente marcada pela débil situação financeira da empresa. De facto, a dívida à SIMTEJO relativa à prestação de serviços de recolha e tratamento de águas residuais acentuou-se, o que originou o consequente agravamento na situação financeira da Empresa.

A inevitável escassez de meios financeiros disponíveis em 2004, obrigou a Empresa a centrar a sua actividade na manutenção em funcionamento da área de exploração do sistema.

Os investimentos realizados não atingiram os 8 (oito) milhões de euros, montante muito aquém do previsto, designadamente na concretização das obras explicitadas no contrato de concessão, embora tenha sido possível concluir, e pôr em funcionamento, algumas infraestruturas prioritárias.

Em articulação com esta situação houve a necessidade de protelar a reestruturação organizacional da Empresa, bem como a sua dotação com recursos humanos adequados, nomeadamente nas funções de direcção superior, situação recorrente face a exercícios anteriores. A necessária contenção de custos obrigou ainda a que as acções de formação não tivessem a expressão desejada.

Este foi o quadro de referência que levou à preparação de um Acordo de Viabilidade da Empresa, aprovado unanimemente pelos accionistas, na sessão da Assembleia Geral efectuada em 12 de Novembro de 2004, em que foram também eleitos os membros dos órgãos sociais para o mandato 2004/2006.

---

Sublinhe-se que o Acordo de Viabilidade contempla domínios como: (i) a realização do aumento do capital social; (ii) a revisão do plano de investimentos; (iii) a diminuição dos caudais a facturar e consequente revisão dos valores mínimos previstos nos contratos de recolha com os municípios; (iv) o aumento e revalorização dos activos municipais integrados na concessão, (v) a definição de um consequente plano de fluxos monetários entre a SIMTEJO e os municípios seus accionistas/clientes.

De forma a garantir a viabilidade económico-financeira da SIMTEJO, mantendo inalterados os valores das tarifas previstas no contrato de concessão vigente (a preços de 2002), a concretização do Acordo de Viabilidade pressupõe a prorrogação do prazo de concessão por mais 13 anos.

Importa destacar que o Acordo de Viabilidade veio a merecer o acordo de princípio do concedente, que prossegue o processo de análise das alterações que a sua adopção implica, em termos do contrato de concessão e em particular a prorrogação do prazo.

Merecem destaque em 2004 alguns aspectos relativos à Qualidade. Neste domínio, realizou-se a primeira auditoria/diagnóstico ao Sistema de Gestão Integrado, tendente à certificação da Empresa relativamente ao Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001), ao Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001) e ao Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001).

No que respeita às unidades laboratoriais, a SIMTEJO viu renovada a acreditação da unidade laboratorial de Beirolas e obtida pela primeira vez a acreditação de idêntica certificação da unidade laboratorial de Frielas.

Em 2004 tiveram início as campanhas de monitorização ambiental dos meios receptores (estuário do Tejo, Ribeiras do Oeste, rio Trancão e praias da costa oceânica do Município de Mafra).

Finalmente importa destacar que em 2004 se continuaram a desenvolver estudos de erradicação de descargas, em articulação com os municípios.

## II. Relatório de Gestão

---

## EXPLORAÇÃO DOS SUBSISTEMAS

A SIMTEJO desenvolveu a sua actividade de Exploração em acções de operação e comando da intercepção, tratamento e rejeição dos caudais afluentes aos diferentes subsistemas que constituem o Sistema Multimunicipal, incluindo a coordenação geral funcional dos centros de comando das ETAR.

Sob a coordenação de seis Chefes de Subsistema e com a colaboração de 73 operadores, foi assegurada a actividade em regime de laboração contínua de todas as infra-estruturas englobadas na SIMTEJO.

Trataram-se cerca de setenta e oito milhões de metros cúbicos, continuando o Subsistema de Alcântara a ter a maior contribuição com 41%, seguindo-se os Subsistemas de Chelas, Beirolas e Frielas com cerca de 17% cada.

Durante o ano de 2004, as ETAR da SIMTEJO removeram 50.492 toneladas de lamas, 1.800 m<sup>3</sup> de areias e 2.148 m<sup>3</sup> de gradados, tendo sido consumidos um total de 30.756.690 kWh de energia eléctrica nas operações.

A operação dos Subsistemas decorreu de forma estável, com algumas pequenas perturbações devido à descarga de efluentes com características industriais não autorizados na rede. Iniciou-se a preparação dos procedimentos que permitam responder melhor a essas situações, de descargas poluentes não controladas, no sentido de determinar a respectiva origem e atenuar os seus efeitos negativos no normal funcionamento das ETAR.

O desenvolvimento de trabalhos de limpeza e reparação de colectores e intercepções permitiu a recuperação de caudais que anteriormente estavam a escoar directamente para as linhas de água, sem qualquer tipo de tratamento. Esta é, aliás, uma das preocupações da SIMTEJO, constituindo um dos objectivos da sua actividade. Foram também desenvolvidos estudos de erradicação de descargas de algumas linhas de água e campanhas de monitorização nos meios receptores da água tratada, nomeadamente no estuário do Tejo, diversas linhas de água e praias.

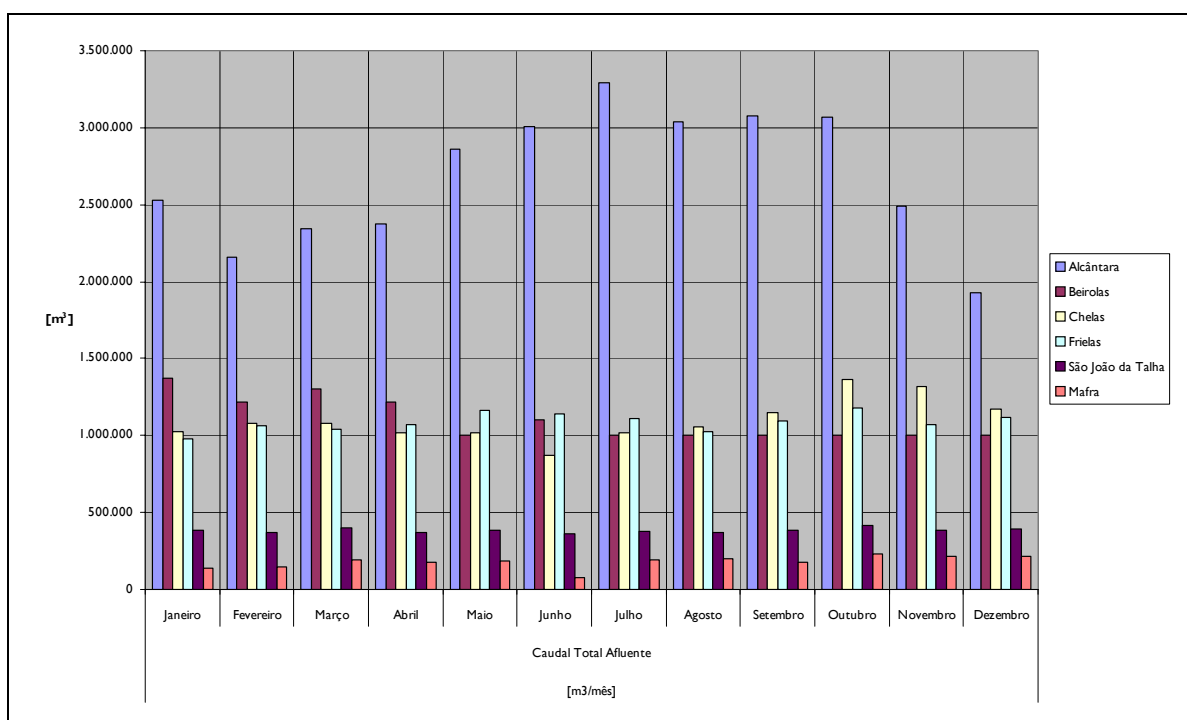
### Caudais Afluentes

A SIMTEJO tratou nas suas instalações, no ano 2004, um total de 78.405 033 m<sup>3</sup> de águas residuais, o que representa uma média de 6.533.752 m<sup>3</sup>/mês e 214.221 m<sup>3</sup>/dia. Destaca-se o grande contributo da ETAR de Alcântara que representa 41% do total. É de assinalar o facto de os meses de maior afluência de caudal corresponderem aos meses de verão.

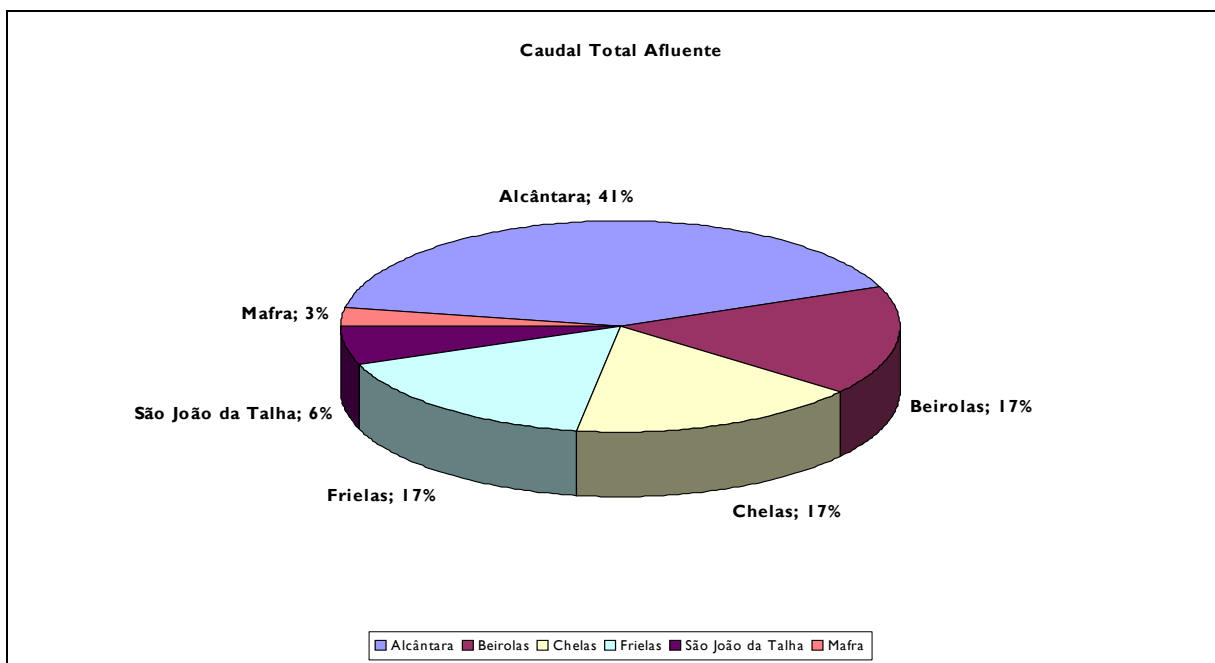
### Caudais Afluentes [m3]

	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra	Total
<b>Janeiro</b>	2.527.590	1.374.060	1.025.126	979.730	382.007	137.614	<b>6.426.127</b>
<b>Fevereiro</b>	2.157.960	1.220.540	1.079.887	1.061.370	370.330	147.593	<b>6.037.680</b>
<b>Março</b>	2.343.390	1.304.420	1.078.862	1.042.020	400.806	192.410	<b>6.361.908</b>
<b>Abril</b>	2.377.620	1.214.640	1.015.134	1.075.210	367.973	180.185	<b>6.230.762</b>
<b>Mai</b>	2.862.150	1.003.420	1.016.424	1.161.450	384.109	186.196	<b>6.613.749</b>
<b>Junho</b>	3.003.090	1.100.960	872.966	1.142.890	364.290	79.683	<b>6.563.879</b>
<b>Julho</b>	3.291.630	1.003.420	1.021.368	1.110.950	381.034	193.208	<b>7.001.610</b>
<b>Agosto</b>	3.034.350	1.003.420	1.057.004	1.027.600	373.674	199.725	<b>6.695.773</b>
<b>Setembro</b>	3.077.850	1.003.420	1.151.298	1.095.110	387.422	173.674	<b>6.888.774</b>
<b>Outubro</b>	3.069.030	1.003.420	1.362.660	1.180.310	418.211	233.784	<b>7.267.415</b>
<b>Novembro</b>	2.488.470	1.003.420	1.316.942	1.069.360	387.322	217.803	<b>6.483.317</b>
<b>Dezembro</b>	1.926.390	1.003.420	1.170.384	1.121.620	394.400	217.827	<b>5.834.041</b>
<b>Total</b>	<b>32.159.520</b>	<b>13.238.560</b>	<b>13.168.055</b>	<b>13.067.620</b>	<b>4.611.578</b>	<b>2.159.700</b>	<b>78.405.033</b>

### Caudais Afluentes [m3]



### Distribuição dos Caudais Afluentes

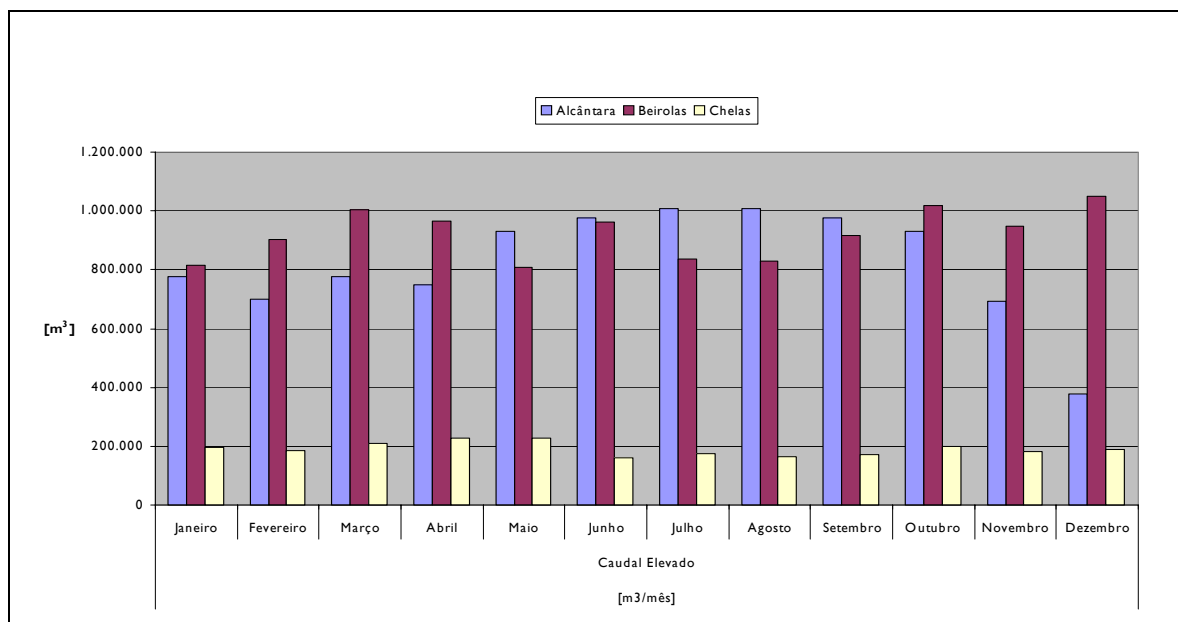


### Caudais Elevados

O caudal global que afluiu às ETAR, através de bombagem em 2004 foi de 23.246.199 m<sup>3</sup>, o que corresponde a cerca de 30% do caudal total tratado. Este caudal é inferior ao esperado, dado que uma parte importante do sistema interceptor de Alcântara ainda não está construído.

### Caudais elevados [m<sup>3</sup>].

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Total
Janeiro	775.000	816.393	196.576	1.787.969
Fevereiro	700.000	901.057	184.817	1.785.874
Março	775.000	1.004.466	209.014	1.988.480
Abril	750.000	966.305	227.815	1.944.120
Maio	930.000	809.349	228.886	1.968.235
Junho	975.000	962.117	160.423	2.097.540
Julho	1.007.500	834.645	174.791	2.016.936
Agosto	1.007.500	829.979	163.537	2.001.016
Setembro	975.000	916.648	172.646	2.064.294
Outubro	930.000	1.017.460	200.099	2.147.559
Novembro	693.000	949.740	183.354	1.826.094
Dezembro	378.000	1.050.800	189.282	1.618.082
<b>Total</b>	<b>9.896.000</b>	<b>11.058.959</b>	<b>2.291.240</b>	<b>23.246.199</b>
<b>% Caudal Elevado</b>	<b>16%</b>	<b>81%</b>	<b>18%</b>	

**Caudais elevados [m<sup>3</sup>]**

**Remoção de Areias e Gradados**

Durante o ano de 2004, as ETAR da SIMTEJO removeram 1.800 m<sup>3</sup> de areias e 2.148 m<sup>3</sup> de gradados. As ETAR de Alcântara e Chelas são as que apresentam maiores produções específicas de areias. Em relação às produções específicas de gradados, destacam-se as ETAR de Alcântara e de Beirolas.

**Remoção de Areias e Gradados**

 m<sup>3</sup>/m<sup>3</sup>

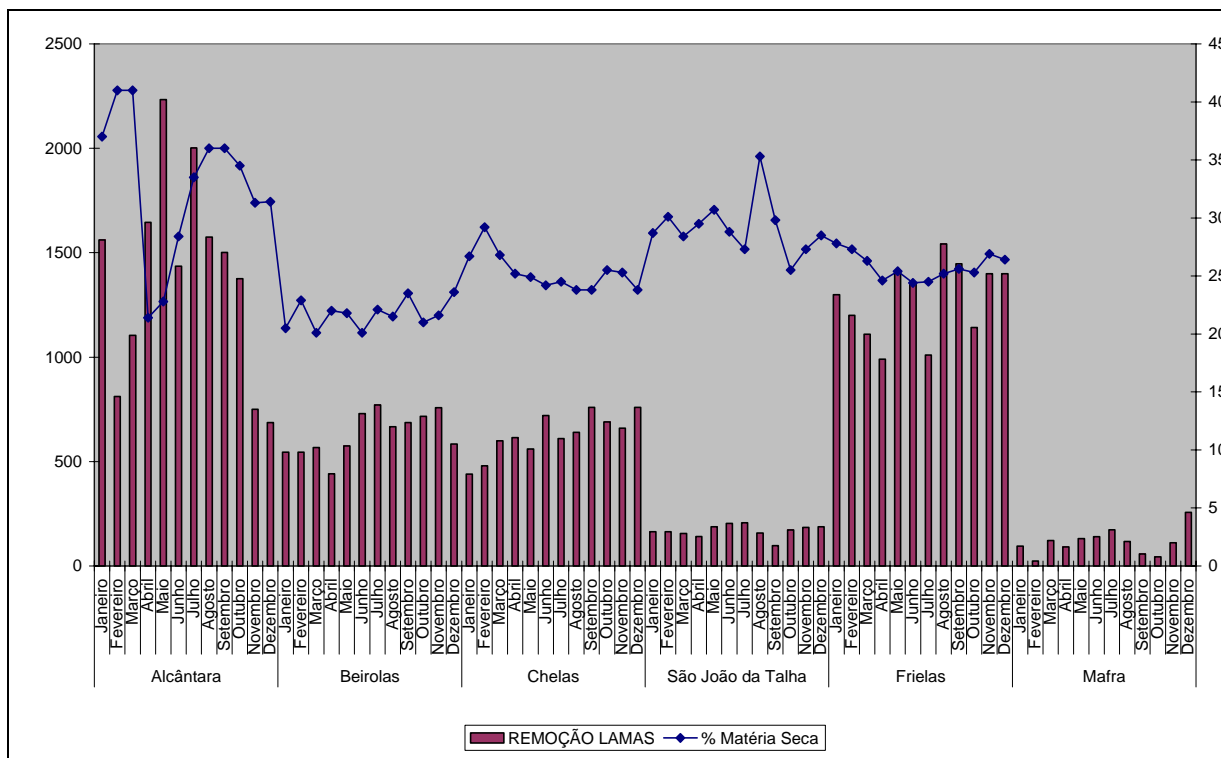
PARAMETRO	Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra	Total/Média
Produção específica de Areias		0,029	0,016	0,025	0,021	0,009	0,006	0,018
Produção específica de Gradados		0,037	0,033	0,014	0,022	0,013	0,00007	0,020

**Remoção de Lamas**

A SIMTEJO foi responsável pela produção de 50.492 toneladas de lamas no ano de 2004, sendo a ETAR de Alcântara, a maior produtora de lamas.

**Remoção de Lamas e % de Matéria seca.**

	ETAR	Jan	Fev	Mar	Abr	Ma	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total/ Média
REMOÇÃO LAMAS [ton]	Alcântara	1.561	812	1.104	1.645	2.233	1.435	2.002	1.575	1.501	1.376	750	687	<b>16.681</b>
	Beirolas	545	545	567	441	574	730	771	667	687	717	758	584	<b>7.586</b>
	Chelas	440	480	600	615	560	720	610	640	760	690	660	760	<b>7.535</b>
	S. J. Talha	164	164	155	141	188	204	207	158	98	173	185	188	<b>2.025</b>
	Frietas	1.299	1.200	1.110	990	1.410	1.350	1.010	1.542	1.447	1.142	1.400	1.400	<b>15.300</b>
	Mafra	95	24	122	91	132	140	174	117	58	44	112	257	<b>1.365</b>
	<b>Total</b>	<b>4.104</b>	<b>3.225</b>	<b>3.658</b>	<b>3.923</b>	<b>5.097</b>	<b>4.579</b>	<b>4.774</b>	<b>4.699</b>	<b>4.550</b>	<b>4.142</b>	<b>3.865</b>	<b>3.876</b>	<b>50.492</b>
% Matéria Seca	Alcântara	37,0	41,0	41,0	21,4	22,8	28,4	33,5	36,0	36,0	34,5	31,3	31,4	<b>32,0</b>
	Beirolas	20,5	22,9	20,1	22,0	21,8	20,1	22,1	21,5	23,5	21,0	21,6	23,6	<b>21,7</b>
	Chelas	26,7	29,2	26,8	25,2	24,9	24,2	24,5	23,8	23,8	25,5	25,3	23,8	<b>25,1</b>
	S. J. Talha	28,7	30,1	28,4	29,5	30,7	28,8	27,3	35,3	29,8	25,5	27,3	28,5	<b>29,0</b>
	Frietas	27,8	27,3	26,3	24,6	25,4	24,4	24,5	25,2	25,6	25,3	26,9	26,4	<b>25,8</b>
	<b>Média</b>	<b>30,3</b>	<b>30,5</b>	<b>30,1</b>	<b>23,2</b>	<b>24,0</b>	<b>25,2</b>	<b>28,1</b>	<b>28,5</b>	<b>28,5</b>	<b>27,7</b>	<b>26,4</b>	<b>26,5</b>	

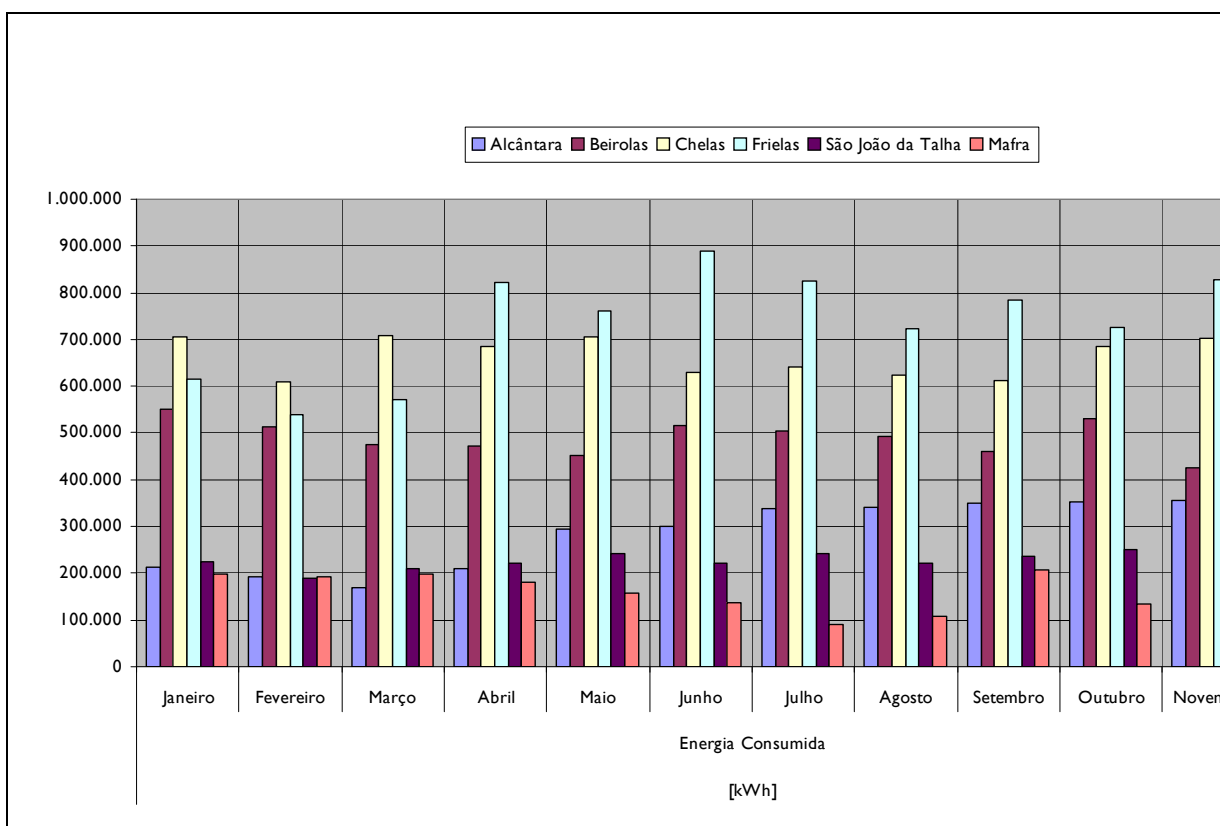
**Remoção de Lamas e % de Matéria seca.**


**Energia**

Apresentam-se os quadros relativos aos consumos de energia nas instalações da SIMTEJO.

**Consumos de Energia [kWh]**

Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra
Janeiro	212.360	552.302	706.799	614.250	225.341	199.259
Fevereiro	192.232	512.983	610.026	540.495	188.165	193.802
Março	167.661	475.363	709.825	572.715	211.338	199.276
Abril	209.880	472.415	685.857	822.810	221.129	180.107
Maió	295.171	451.875	704.356	761.250	241.642	156.113
Junho	301.105	516.936	630.902	888.105	222.318	135.920
Julho	338.241	503.007	641.166	824.566	242.616	89.541
Agosto	341.007	493.782	623.645	723.754	220.495	108.393
Setembro	350.621	459.651	611.997	782.914	235.283	207.085
Outubro	353.044	529.273	685.139	727.126	251.057	133.669
Novembro	355.185	426.276	703.992	828.661	232.976	89.308
Dezembro	335.875	464.583	685.139	824.810	259.170	91.560
	3.452.382	5.858.446	7.998.843	8.911.456	2.751.530	1.784.033

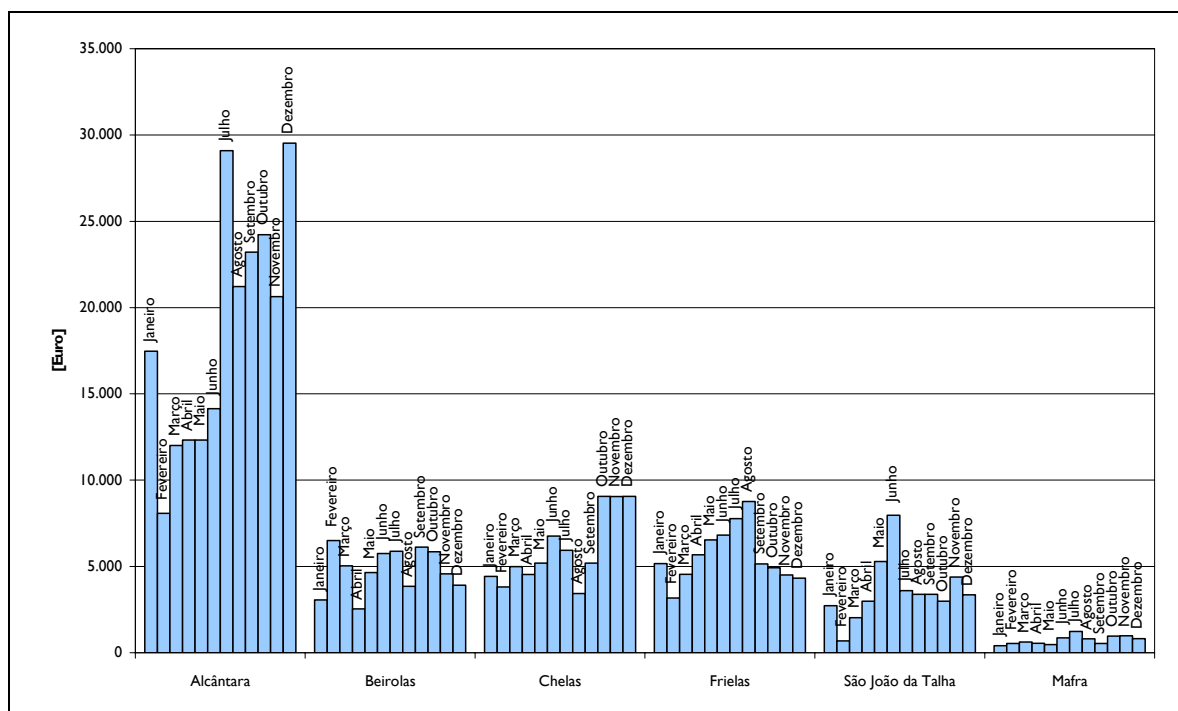
**Consumos de Energia**


**Reagentes**

No ano de 2004, o custo de reagentes foi de € 472.156, sendo a ETAR de Alcântara responsável por cerca de metade do consumo total.

**Custos de reagentes [Euro]**

ETAR	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra	Total
Janeiro	17.473	3.063	4.415	5.158	2.723	402	33.233
Fevereiro	8.073	6.494	3.814	3.168	683	529	22.761
Março	12.012	5.034	4.990	4.544	2.021	616	29.217
Abril	12.325	2.535	4.531	5.671	2.988	542	28.593
Maiο	12.325	4.645	5.192	6.535	5.282	466	34.444
Junho	14.141	5.753	6.760	6.818	7.965	857	42.293
Julho	29.089	5.878	5.934	7.773	3.596	1.231	53.501
Agosto	21.222	3.841	3.432	8.762	3.387	805	41.449
Setembro	23.213	6.121	5.190	5.145	3.383	531	43.583
Outubro	24.223	5.849	9.054	4.921	2.983	955	47.985
Novembro	20.633	4.572	9.048	4.511	4.390	980	44.134
Dezembro	29.523	3.906	9.054	4.317	3.352	812	50.964
<b>Total</b>	<b>224.251</b>	<b>57.690</b>	<b>71.415</b>	<b>67.322</b>	<b>42.752</b>	<b>8.726</b>	<b>472.156</b>

**Custos de reagentes**


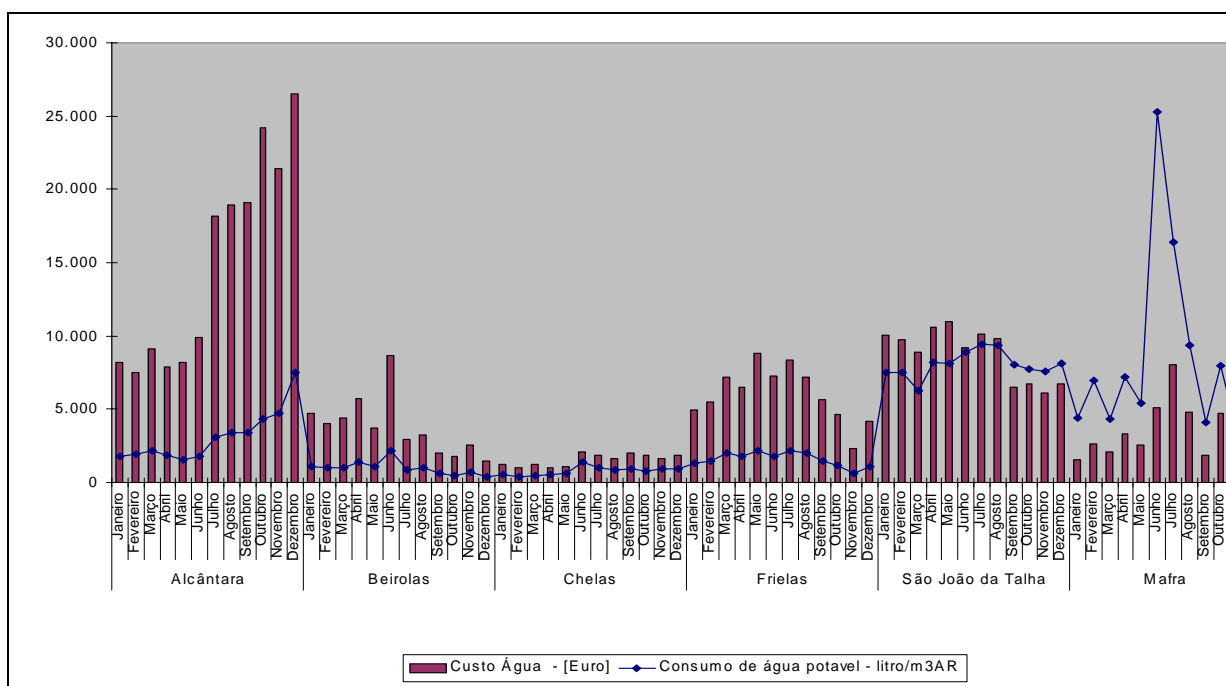
### Consumo e Custo de Água

No ano de 2004, foram gastos € 461.858 no consumo de água potável. As ETAR de Alcântara e de São João da Talha são as maiores consumidoras de água não só em termos absolutos mas também em termos de rácio de litro/m<sup>3</sup> de água residual tratada.

#### Consumo e custo de água.

PARAMETRO	Mês	Alcântara	Beirolas	Chelas	Frielas	São João da Talha	Mafra	Total/Média
Custo Água [€]	Janeiro	8.210	4.742	1.211	4.981	10.055	1.551	30.750
	Fevereiro	7.524	4.052	1.039	5.470	9.775	2.625	30.487
	Março	9.138	4.422	1.220	7.204	8.854	2.117	32.954
	Abril	7.891	5.723	1.043	6.502	10.585	3.290	35.035
	Maio	8.169	3.694	1.075	8.812	10.990	2.567	35.306
	Junho	9.862	8.660	2.117	7.280	9.167	5.139	42.225
	Julho	18.193	2.967	1.852	8.346	10.155	8.067	49.580
	Agosto	18.943	3.241	1.651	7.206	9.847	4.783	45.671
	Setembro	19.115	2.001	1.977	5.643	6.519	1.825	37.079
	Outubro	24.214	1.749	1.875	4.644	6.753	4.734	43.970
	Novembro	21.423	2.579	1.622	2.303	6.124	1.921	35.972
	Dezembro	26.518	1.503	1.875	4.140	6.724	2.069	42.829
<b>Total</b>		<b>179.201</b>	<b>45.332</b>	<b>18.557</b>	<b>72.531</b>	<b>105.548</b>	<b>40.689</b>	<b>461.858</b>

#### Consumo e custo de água



### Resultados Analíticos

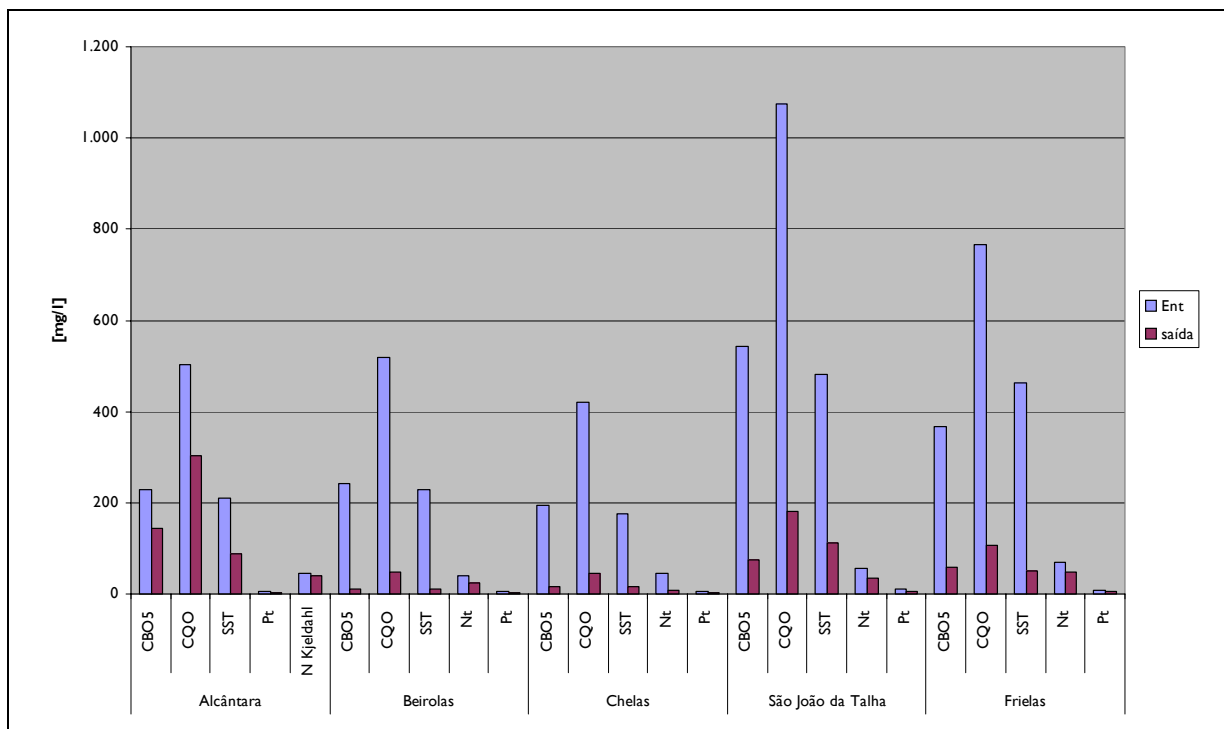
Os resultados analíticos referentes ao afluente e efluente de cada ETAR são apresentados no quadro em baixo e respectiva figura. Apresentam-se ainda as eficiências de remoção em cada ETAR para os diferentes parâmetros.

### Qualidade média do afluente e efluente

mg/l

ETAR	Local	CBO5	CQO	SST	N	Pt
Alcântara	Ent	230	504	210	44	
	Saída	143	304	89	40	3
Beirolas	Ent	243	518	229	41	5
	Saída	11	49	12	23	3
Chelas	Ent	195	420	174	44	5
	Saída	15	46	17	9	4
São João da Talha	Ent	542	1.074	482	57	12
	Saída	75	182	111	35	5
Frielas	Ent	366	766	463	68	9
	Saída	58	106	52	48	5

### Qualidade média do afluente e efluente.

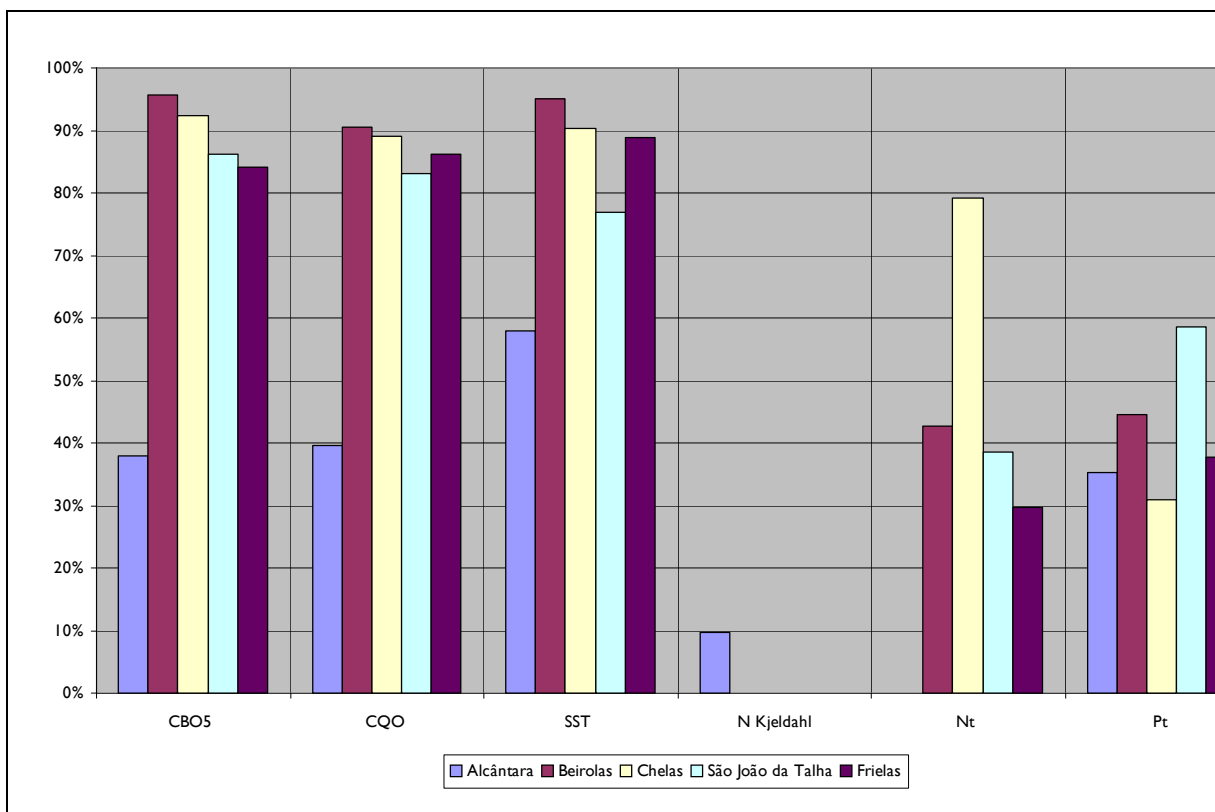


**Eficiências médias de tratamento**

(%)

PARAMETRO	Alcântara	Beirolas	Chelas	São João da Talha	Frielas
CBO5	37,9%	95,6%	92,4%	86,1%	84,2%
CQO	39,6%	90,6%	89,0%	83,1%	86,2%
SST	57,9%	95,0%	90,4%	77,0%	88,9%
Nt	*9,7%	42,7%	79,2%	38,5%	29,6%
Pt	35,2%	44,6%	30,9%	58,5%	37,8%

Nota:\*N Kjeldahl

**Eficiências médias de tratamento.**


---

## Manutenção

Durante o ano de 2004, para além das intervenções de manutenção correctiva e de reparação, confirma-se a implementação e gestão do sistema informático de Manutenção Assistida por Computador com a definição dos planos de Manutenção Preventiva e dos Planos de Lubrificação e efectuaram-se reparações e/ou recolocações em serviço de equipamentos que se encontram há longo tempo inactivos. Foram efectuadas grandes reparações, ou procedeu-se à substituição de equipamentos das quais se destacam as seguintes acções:

### Subsistema de Alcântara:

Reabilitação dos tapetes transportadores do pré-tratamento;

Reparação das bombas de areias com substituição de volutas;

Aquisição de actuadores pneumáticos para as estações elevatórias dos sistemas interceptores e reparação de comportas.

### Subsistema de Chelas:

Reparação e beneficiação das grades mecânicas;

Reabilitação do sistema de raspagem dos decantadores primários.

### Subsistema de Beirolas:

Reparação e beneficiação das grades mecânicas do pré-tratamento;

Reparação e beneficiação das pontes dos desarenadores;

Reparação e beneficiação dos filtros de areias;

Reparação do sistema de bombagem de água industrial;

Reparação e substituição das correntes das grades das estações elevatórias.

### Subsistema de São João da Talha:

Substituição de classificador de areias;

Substituição de bomba de lamas primárias;

Aquisição de bomba de lamas espessadas, para reserva;

Substituição de caldeira e respectivo queimador para o circuito de aquecimento de lamas;

---

Aquisição de conjunto de accionamento para o agitador do digestor;  
Substituição de caixa redutora para os arejadores de superfície do reactor biológico.

Subsistema de Frielas:

Reparação e colocação em funcionamento do tapete transportador de lamas desidratadas;

Reparação de duas centrifugas;

Substituição das molas dos enroladores e cabos das pontes da decantação secundária;

Reparação de algumas tubagens de grande diâmetro;

Colocação em funcionamento normal do equipamento de Cogeração;

Manutenção Preventiva e Lubrificação programada dos equipamentos.

Subsistema de Mafra:

Reparação das caixas redutoras dos tanques de arejamento;

Beneficiação dos quadros eléctricos das Estações Elevatórias.

---

## INVESTIMENTOS

Os condicionalismos financeiros, levaram a que as acções desenvolvidas pela SIMTEJO em 2004 no âmbito dos investimentos ficassem muito aquém do previsto, designadamente as obras que é necessário realizar para cumprimento do contrato de concessão. Embora de forma limitada prosseguiu-se com a realização de estudos e projectos que, enquadrados com as disponibilidades financeiras da Empresa, deverão permitir iniciar a execução das obras logo que o respectivo financiamento esteja garantido, assim como a utilização em tempo dos fundos comunitários já aprovados.

Continuou-se o trabalho já iniciado, referente a inspecções, levantamento de cadastro e limpeza dos interceptores e emissários existentes e iniciaram-se estudos de erradicação de descargas, com o objectivo de definir acções conjuntas com os municípios para a correcção dos problemas existentes nas redes em baixa, em sistemas pluviais e nas ligações ao Sistema da SIMTEJO que provocam a descarga de águas residuais para linhas de água.

Ao nível das obras, como se referiu anteriormente, as acções foram limitadas à continuação das empreitadas já em curso, algumas das quais concluídas em 2004 e à execução dos silos de lamas das ETAR de Ericeira, Mafra e Malveira. A instalação dos silos de lamas destina-se a reduzir os impactos negativos provocados pela desidratação, manuseamento e transporte de lamas nessa zona da concessão.

Durante o ano de 2004 realizaram-se investimentos (inclui os custos capitalizados do exercício) no valor de 7 970 milhares de euros, de que se destacam, pela sua dimensão os seguintes:

### Obras

ETAR de Vila Franca de Xira – 3 778 milhares de euros;

ETAR de Alcântara Vertente B – 1 584 milhares de euros;

ETAR da Ericeira Emissário final – 421 milhares de euros;

Silos de lamas das ETAR de Ericeira, Mafra e Malveira – 414 milhares de euros;

---

Sistema elevatório de Sto Isidoro – 329 milhares de euros;

Interceptores e estações elevatórias de Eixo de Fanhões – 280 milhares de euros;

Interceptores e estações elevatórias de Ribamar – 258 milhares de euros;

ETAR de Bucelas e interceptores 68 milhares de euros.

### **Estudos e Projectos**

Monitorização dos meios receptores – 212 milhares de euros;

Levantamento topográfico, inspecção vídeo e limpeza dos subsistemas de Chelas e Beirolas - 117 milhares de euros;

Levantamento topográfico, inspecção vídeo e limpeza do emissário Loures L - 106 milhares de euros;

Erradicação de descargas da Ribeira do Prior Velho – 90 milhares de euros;

Erradicação de descargas da Ribeira do Casal Novo – 88 milhares de euros;

Erradicação de descargas da Ribeira da Póvoa – 77 milhares de euros;

Estudo Prévio da Bacia da Ribeira de Algés – 39 milhares de euros;

Reformulação do projecto de execução do emissário da Quinta das Pretas/Figo Maduro a montante da AI – 31 milhares de euros;

Projectos de execução do subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha - 30 milhares de euros;

Projectos de execução do subsistema da Foz do Lizandro – fase II- 22 milhares de euros;

Projectos de execução do subsistema do Carvalhal – 21 milhares de euros;

Projectos de execução do subsistema de Alverca - 14 milhares de euros.

Por subsistema, este mesmo investimento, subdivide-se do seguinte modo:

Subsistema de Alcântara – 1 615 milhares de euros;

Subsistema de Alverca – 20 milhares de euros;

Subsistema de Beirolas – 40 milhares de euros;

Subsistema de Bucelas – 68 milhares de euros;

Subsistema de Chelas – 120 milhares de euros;

Subsistema da Ericeira – 1 146 milhares de euros;

Subsistema da Foz do Lizandro – 26 milhares de euros;  
Subsistema de Frielas – 407 milhares de euros;  
Subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha – 30 milhares de euros;  
Subsistema de Mafra – 138 milhares de euros;  
Subsistema da Malveira – 138 milhares de euros;  
Subsistema de Vila Franca de Xira – 3 795 milhares de euros;  
Pequenos subsistemas de Mafra – 21 milhares de euros;  
Sistema multimunicipal - Erradicação de descargas – 294 milhares de euros  
Sistema multimunicipal - Monitorização – 212 milhares de euros;

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

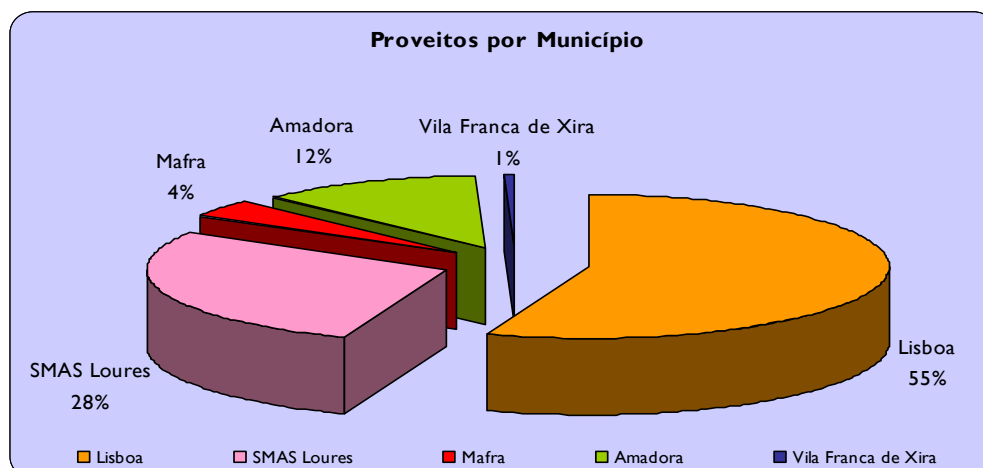
Conforme tem sido referido nos anteriores Relatórios e Contas, a situação económico-financeira da SIMTEJO, resultante da posição de alguns dos Municípios seus accionistas/clientes, manteve-se muito débil, continuando a suscitar a preocupação do seu Conselho de Administração até o final do exercício de 2004.

Em Novembro de 2004 foi assumido um Acordo de Viabilidade entre os accionistas da SIMTEJO, cujos pressupostos incluem nomeadamente uma diminuição dos caudais mínimos a facturar, o aumento e revalorização do valor do património integrado, o aumento do investimento a realizar até ao fim da concessão, um plano de fluxos monetários entre a SIMTEJO e os seus accionistas (recebimentos da facturação em dívida vencida, recebimentos por conta do aumento de Capital Social e pagamento do património integrado) e o alargamento do prazo da concessão da SIMTEJO em 13 anos, possibilitando assim a manutenção do tarifário previsto no Contrato de Concessão.

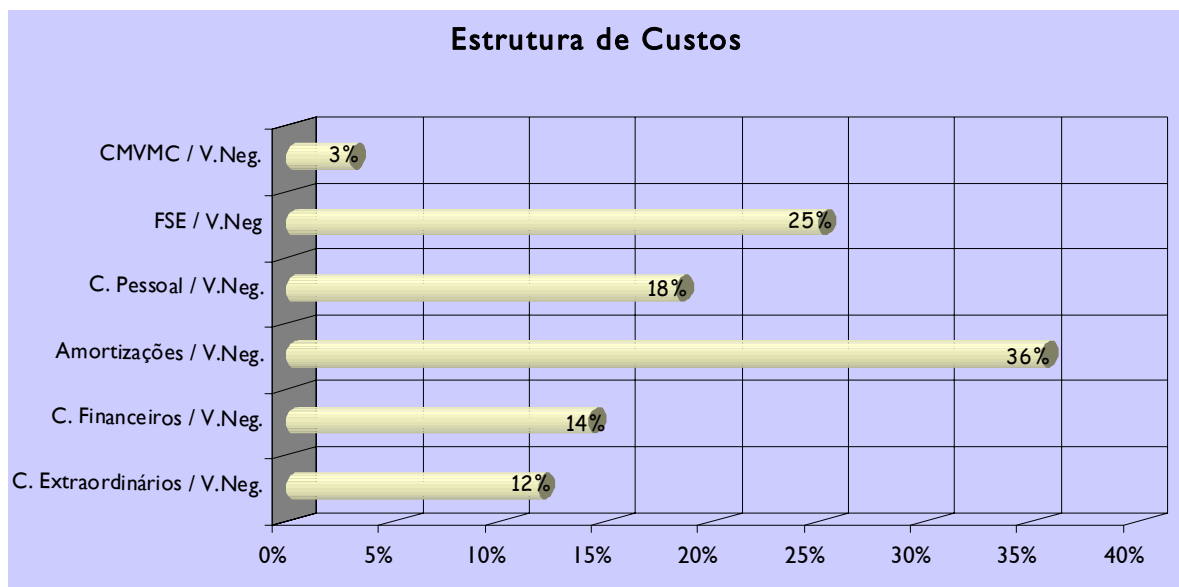
Sendo que a aplicação destes pressupostos abrangem todo o período da Concessão, é de referir, que alguns itens relativos a exercícios anteriores se encontram reflectidos também nas contas deste exercício, com impactos significativos em algumas rubricas que a seguir se analisam.

### Análise Económica

Durante o exercício de 2004, a Empresa facturou cerca de 24.613 milhares de euros, quase exclusivamente sob a forma de prestação de serviços aos Municípios, que atingiu o montante de 24.549 milhares de euros (este valor contempla as reduções previstas no Acordo de Viabilidade no valor de 6.137 mil euros) de acordo com a seguinte distribuição:



Tal como se pode verificar no quadro seguinte, o recorrente desequilíbrio na estrutura de custos da SIMTEJO, resultante do efeito da aplicação das disposições constantes da Directriz Contabilística nº 4/91, foi significativamente atenuado neste exercício, em consequência da consideração do alargamento do período da concessão e redução dos caudais mínimos a facturar, prevista no Acordo de Viabilidade.



Assim, foram consideradas amortizações do exercício no valor de 8.738 milhares de euros, as quais absorvem 36% do volume de negócios da Empresa.

Para além das amortizações, adquirem verdadeira relevância os fornecimentos e serviços externos (6.167 milhares de euros) e os custos com o pessoal (4.517 milhares de euros).

É também de salientar o elevado valor dos custos financeiros (3.510 milhares de euros) resultante do agravamento das dívidas sociais e comerciais dos accionistas/clientes da SIMTEJO.

Os custos extraordinários atingiram os 2.918 milhares de euros, sendo estes, na sua grande parte (2.882 milhares de euros) devida a notas de crédito emitidas aos clientes por redução à facturação dos exercícios de 2002 e 2003, com aplicação dos novos caudais mínimos considerados no Acordo de Viabilidade.

Os custos com as matérias consumidas rondaram os 735 milhares de euros.

São apresentados os seguintes indicadores de rentabilidade:

	(€uros)
Margem Bruta (MB)	24.706.644
Resultado Operacional Bruto (ROB)	13.591.637
Resultado Operacional Líquido (ROL)	4.817.475
Resultado Líquido (RL)	1.660.922

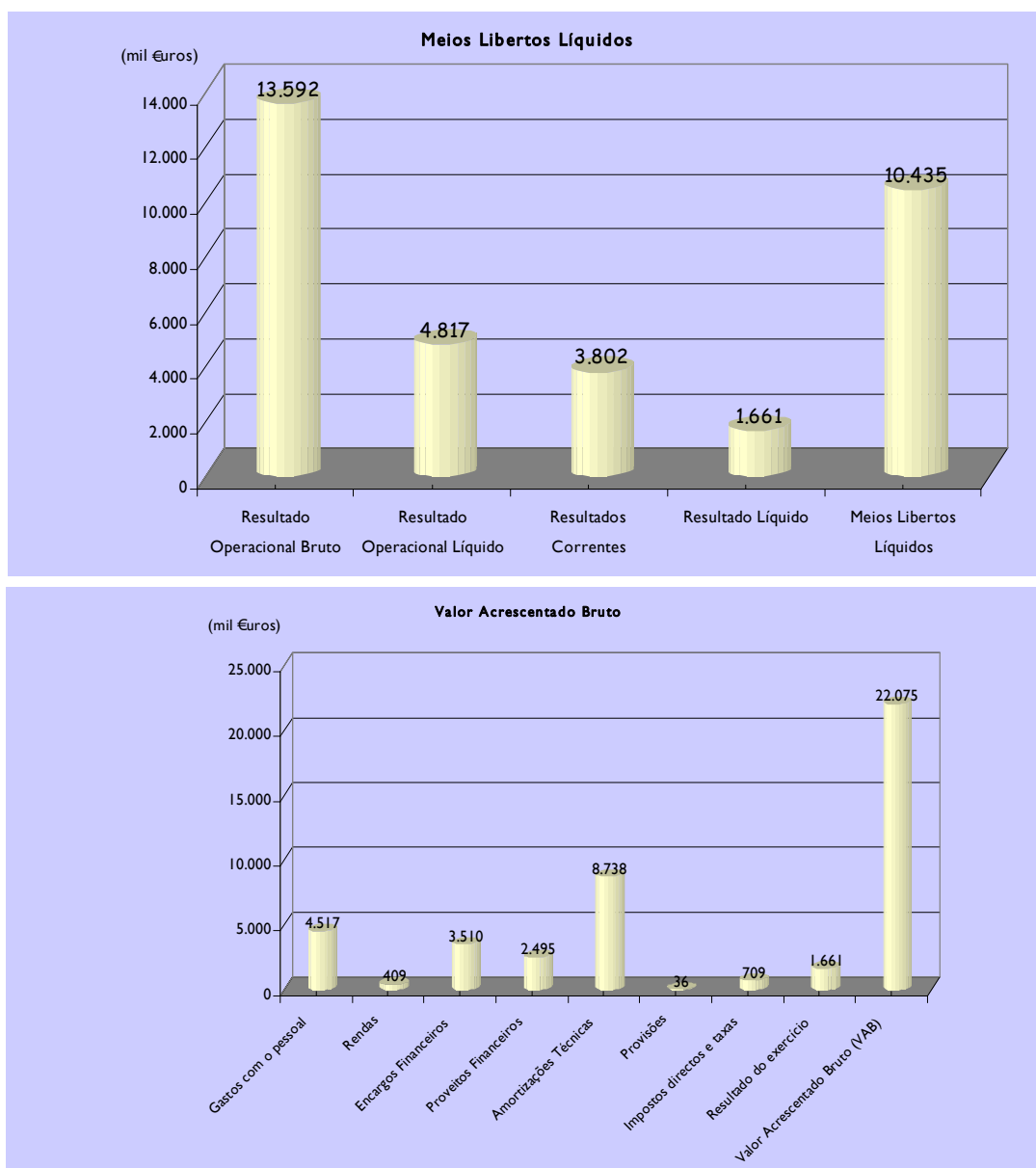
Da análise do quadro anterior conclui-se também da forte degradação dos resultados por força do peso excessivo das Amortizações no Resultado Operacional Líquido.

Tal com no exercício anterior, os fracos resultados da SIMTEJO, em 2004, não se devem à *performance* operacional de exploração, mas claramente à influência negativa de se estar a amortizar, desde já, investimentos presentes e futuros, agravado pelo facto de a SIMTEJO estar a suportar encargos financeiros muito elevados devido aos incumprimentos dos seus accionistas/clientes, bem como por registar elevados custos extraordinários devido a reduções à facturação dos exercícios anteriores.

A especificidade da estrutura de custos da SIMTEJO leva, assim, a que se retire importância a uma análise estática dos custos e se atribua maior ênfase a outras abordagens como, por exemplo, as que se referem aos meios libertos líquidos e ao valor acrescentado bruto, que patenteiam a verdadeira envergadura da Empresa.

	(€uros)
Meios Libertos Operacionais (MLO=ROB) (1)	13.591.637
Meios Libertos Líquidos (MLL=RL+Am.+Prov.) (2)	10.435.084
Gastos com o pessoal	4.517.141
Rendas	409.438
Encargos Financeiros	3.509.855
Proveitos Financeiros	2.494.877
Amortizações Técnicas	8.737.937
Provisões	36.225
Impostos directos e taxas	708.698
Resultado do exercício	1.660.922
<b>Valor Acrescentado Bruto (VAB)</b>	<b>22.075.093</b>
Nº médio de Trabalhadores	167
VAB / Nº de Trabalhadores	132.186

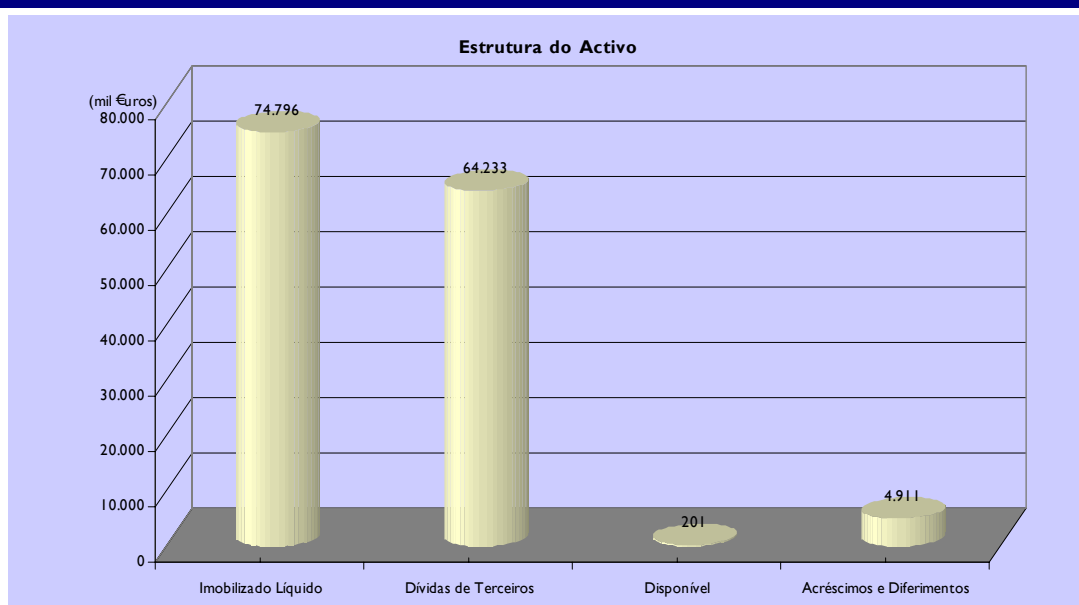
(1) ROB – Resultado Operacional Bruto (2) RL – Resultado Líquido Am – Amortizações



Apesar da actual situação económico-financeira da SIMTEJO, é de sublinhar que a mesma apresenta um generoso Valor Acrescentado Bruto e Meios Libertos bastante positivos, pelo que a sua Viabilidade Económica não se põe em causa.

### Análise Financeira

O quadro seguinte mostra a estrutura do Activo da SIMTEJO.



Importa referir que na estrutura do Activo da Empresa, as dívidas dos seus clientes/accionistas ascendiam no final do exercício a cerca de 56.638 milhares de euros, facto este que condicionou toda a actividade da Empresa neste exercício e que acentuou o, já existente, desequilíbrio financeiro.

Solvabilidade (CP/P)	0,47%
Autonomia Financeira (CP/ATL)	0,47%
Endividamento (P/ATL)	99,5%
Estrutura do Endividamento (P.cp/P)	60,5%
Liquidez Geral (Disponível+Créd.cp+Exist.)/Déb.cp	0,74
Fundo de Maneio Líquido (€uros)	-17.384.981
Necessidades em Fundo de Maneio (NFM)	11.361.418
Tesouraria Líquida (TL)=Disponível-Emp.cp	-28.746.399
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	801
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	89
Rotação do Activo (VN/ATL)	0,17

Estes indicadores sugerem um cenário económico-financeiro preocupante na medida em que, a solvabilidade e autonomia financeiras da Empresa se encontram comprometidas, pelo que não existem activos suficientes que possibilitem o pagamento das suas dívidas.

---

Pelo facto dos seus clientes terem acumulado elevadas dívidas (56.723 milhares de euros), a Empresa está a financiar a sua actividade através de 99,5% do seu Capital Alheio e sofre grandes pressões de tesouraria, uma vez que 60,5% da sua dívida se vence a curto prazo.

É de salientar que a SIMTEJO apresenta capitais estáveis muito insuficientes.

O desequilíbrio financeiro é agravado pelo baixo nível de Capital Social, determinando um Fundo Maneio Líquido negativo, o qual evidencia que parte dos fundos não estáveis estão a financiar activos fixos, o que por si só, já seria um factor de risco.

Sendo os capitais permanentes insuficientes para financiar o activo fixo e simultaneamente a tesouraria líquida negativa, a sua capacidade negocial junto da Banca é reduzida, sendo praticamente impossível diversificar as fontes de financiamento.

Esta é uma análise que dá claramente a ideia de que a actual situação da SIMTEJO será automaticamente alterada com o cumprimento das obrigações sociais dos seus accionistas, situação esta que é expectável e desejável que se altere no mais breve prazo.

As grandes dificuldades de tesouraria persistiram até o final do exercício de 2004, atingindo a Empresa nessa data um prazo médio de recebimentos de 801 dias. A SIMTEJO, não conseguindo desta forma acompanhar o objectivo de 60 dias para o prazo médio de pagamentos, realizou o esforço de não ultrapassar os 90 dias.

## **Endividamento**

Na sequência das estratégias delineadas no início da Concessão, em particular no que respeita ao atraso dos investimentos, continuou a ser intenção da SIMTEJO contratar financiamentos que fossem complementares dos que, eventualmente, viessem a ser provenientes do BEI, dos subsídios a obter do Fundo de Coesão e que consubstanciassem maturidades compatíveis com um financiamento correcto da Concessão. Para o efeito, procedeu-se à revisão do modelo e do estudo de viabilidade económico e financeiro, com o apoio do seu consultor financeiro externo, em resultado da adopção do Acordo de Viabilidade.

Deste modo, foram aprovadas no início do ano de 2004 as condições necessárias para a

---

montagem de um financiamento até o montante de 65 milhões de euros, tendo em vista proceder à construção e remodelação de infra-estruturas no âmbito da Concessão atribuída à SIMTEJO.

No entanto, como condição prévia essencial à respectiva concretização, havia a necessidade de a situação da Empresa estar regularizada, nomeadamente no que respeita ao aumento de capital social em curso e aos recebimentos regulares dos clientes, isto é, que fosse cumprido o disposto no Acordo de Viabilidade aprovado na Assembleia Geral de Accionistas de 12 de Novembro de 2004, o que até à data de fecho deste relatório não aconteceu, pelo que a operação se encontra suspensa temporariamente.

No que concerne ao financiamento intercalar existente de cerca de 24,5 milhões de euros, o mesmo continua activo em virtude do acima referido, pois a sua amortização integral será concretizada com a obtenção do financiamento de médio e longo prazo.

A SIMTEJO dispõem de um descoberto autorizado até 5 milhões de euros, cujo valor utilizado em 31 de Dezembro de 2004 ascende a 4.458.572,90 euros. Tem ainda contratado um financiamento de curto prazo, no valor de 24,5 milhões de euros, o qual se encontra totalmente utilizado à data do presente relatório.

## RECURSOS HUMANOS

No ano 2004 manteve-se a política de contenção de custos, exigida pela situação económico-financeira desfavorável, reflectindo-se esta também na área de recursos humanos, pelo que se registou uma redução no número total de efectivos, distribuindo-se da seguinte forma:

### DISTRIBUIÇÃO POR ÁREAS

Locais Trabalho	SEC	ECM	MGS	AQL	AFA	PPO	GRH	TOTAL
Alcântara		15	7					22
Beirolas		15	20	9				44
Chelas		13	5					18
Frielas		15	3	5				23
Mafra		10						10
Malveira		1						1
S.J. Talha		15	3					18
Sede	5			3	6	13	3	30
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>84</b>	<b>38</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>166</b>

Verificou-se um aumento dos contratos sem termo de 11 efectivos e uma redução significativa dos contratos a termo certo e das comissões de serviço.

### TIPOS DE VÍNCULO

Locais Trabalho	Contrato		C. Serviço	TOTAL
	Sem Termo	A Termo Certo		
Alcântara	22			22
Beirolas	42	1		43
Chelas	19			19
Frielas	22	1		23
Mafra	7	3		10
Malveira	1			1
S.J. Talha	18			18
Sede	28		2	30
<b>TOTAL</b>	<b>159</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>166</b>

Os Recursos Humanos da SIMTEJO caracterizam-se também pela seguinte distribuição ao nível de formação académica:

<b>Formação Académica</b>	<b>N.º de Trab.</b>	<b>%</b>
Sem Escolaridade	1	0,6%
Ensino Básico	22	13,3%
Ciclo Preparatório	29	17,5%
Ensino Secund. Inc.	38	22,9%
Ensino Secund. Compl.	43	25,9%
Bacharelato	5	3,0%
Licenciatura	28	16,9%
	166	100,0%

Com base no diagnóstico de necessidades de formação efectuado foi possível, em Novembro de 2004, concluir o Plano Anual de Formação para o ano seguinte.

---

## QUALIDADE

Assumida a Qualidade como uma preocupação permanente desta Empresa, desde a sua criação, a continuidade na aposta da acreditação de laboratórios de análises e da certificação da Empresa relativamente ao Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001), ao Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14 001) e ao Sistema de Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001), tem-se mantido uma constante.

Assim, foi realizada a primeira auditoria/diagnóstico ao Sistema de Gestão Integrado, com o apoio de consultores externos especializados naquelas três áreas específicas.

Cumprindo um dos requisitos comuns às 3 normas, o principal objectivo foi avaliar o estado de concepção e implementação do SGI na empresa e identificar aspectos de melhoria de modo a planear as acções necessárias até ao completo cumprimento dos vários requisitos das normas de referência.

No capítulo da normalização interna, foi continuada a produção de documentos normativos das diversas áreas da Empresa, nomeadamente para o tratamento sistemático de reclamações e para os diversos licenciamentos de obras, bem como a revisão e adequação à realidade de alguns já existentes, tendo sido constituída uma lista de documentos a formalizar para um eficaz suporte documental do Sistema até à sua Certificação.

A monitorização das lamas tem constituído uma preocupação da Empresa. Assim, e cumprindo a lei, têm-se realizado campanhas nos meses de Abril e de Outubro de cada ano, que nos permitiram concluir que as lamas das ETAR estão em condições de poder ser aplicadas na agricultura.

Arrancou em Fevereiro de 2004 a campanha de monitorização ambiental no estuário do Tejo – coluna de água. Estas campanhas têm uma frequência mensal, onde são analisados os seguintes parâmetros: pH, condutividade, oxigénio dissolvido, carência química de oxigénio (CQO), azoto amoniacal, azoto kjeldahl, nitrato, fósforo total, carbono orgânico total

---

(COT), óleos e gorduras, hidrocarbonetos totais, sólidos totais (ST), sólidos suspensos totais (SST), clorofila a, bactérias coliformes, bactérias coliformes termo tolerantes, E. coli e enterococos.

A localização dos pontos a monitorizar foi definida por forma a obter uma caracterização da qualidade da água em toda a área do estuário do Tejo com especial incidência na área de maior influência das descargas das ETAR da SIMTEJO existentes e a construir, bem como nas zonas adjacentes aos locais onde se pretende instalar as estações de monitorização da qualidade da água em contínuo (cais da Matinha e Alcântara Este). É ainda medida a qualidade da água em outros pontos estratégicos, por forma a quantificar outras contribuições para o estuário do Tejo, designadamente rio Sorraia, rio Trancão, ribeira de Alcântara, rio Judeu e outros.

No mês de Junho de 2004, realizou-se a primeira campanha de amostragem nas ribeiras do Oeste e de Vila Franca de Xira e no rio Trancão. A metodologia adoptada prevê a monitorização a montante e a jusante do ponto de descarga. A frequência de monitorização é trimestral e os parâmetros analisados são idênticos aos efectuados no estuário do Tejo, efectuando ainda, em alguns pontos a determinação das concentrações em termos de pesticidas e detergentes.

As praias da costa oceânica da Ericeira nomeadamente Ribeira de Ilhas, Coxos, S. Lourenço, Pescadores, Algodio, Baleia e Foz do Lisandro, também foram incluídas na monitorização ambiental, tendo-se iniciado campanhas mensais em Junho de 2004. São efectuadas exclusivamente análises microbiológicas, designadamente bactérias coliformes, bactérias coliformes termotolerantes, E. coli e enterococos.

Iniciaram-se os trabalhos do levantamento industrial na área da SIMTEJO, tendo-se dado prioridade ao município de Vila Franca de Xira, designadamente ao subsistema de Alverca, cuja ETAR se irá construir a curto prazo.

Foram efectuadas cinco campanhas de amostragem, num total de seis indústrias monitorizadas.

---

Nos doze meses de actividade, o Laboratório da SIMTEJO realizou 31.104 ensaios de rotina e 1.873 ensaios extra nas suas duas principais Unidades Laboratoriais, Frielas e Beirolas. Foram ainda subcontratados 1.191 ensaios.

As restantes duas Unidades Laboratoriais, continuaram a prestar o seu apoio aos respectivos Subsistemas (S. João da Talha e Mafra).

Em 2004, continuaram-se os trabalhos de implementação do Sistema da Qualidade para a extensão da Acreditação à Unidade Laboratorial de Frielas. Desta forma, após as auditorias realizadas pelo IPQ a 31 de Maio e 1 de Junho, foi-nos concedida a 7 de Dezembro, a Renovação da Acreditação da Unidade Laboratorial de Beirolas e a Acreditação da Unidade Laboratorial de Frielas.

Dos 15 parâmetros analíticos verificado no Laboratório da Unidade Beirolas, 13 encontram-se acreditados. Na Unidade de Frielas estão acreditados 11 dos 15 parâmetros realizados.

### **III. Considerações do Conselho de Administração**

---

## ARTIGO 35º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Nos exercícios de 2002 e 2003 o Conselho de Administração relevou perante os accionistas a necessidade de tomada de medidas que permitissem ultrapassar a situação de perda de metade do capital, de modo a possibilitar à SIMTEJO que as sanções então previstas no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais não fossem aplicadas.

Deste modo, e mediante proposta do Conselho de Administração, foi deliberado na Assembleia Geral de accionistas da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, realizada no passado dia 12 de Novembro de 2004, por unanimidade, aumentar o capital social da sociedade por novas entradas em dinheiro, no montante de € 37.000.000 (trinta e sete milhões de euros), por subscrição particular, através da emissão de 7.400.000 (sete milhões e quatrocentas mil) novas acções nominativas, da Classe A, representativas daquele aumento, com o valor nominal de cinco euros cada uma, ao par, imediatamente subscrito por todos os accionistas na proporção das suas participações, sendo realizado, em metade, isto é, € 18.500.000 (dezoito milhões e quinhentos mil euros) até ao dia 30 de Novembro de 2004, e devendo o remanescente, na importância de € 18.500.000 (dezoito milhões e quinhentos mil euros), ser realizado igualmente em dinheiro, por uma ou mais vezes, até 31 de Outubro de 2005.

Contudo, veio a verificar-se que alguns accionistas não realizaram ainda a sua quota parte do aumento do capital social, pelo que a situação a 31 de Dezembro de 2004 é a que se apresenta de seguida (valores em euros):

Accionistas	% do capital detido	Entregas realizadas até 2003	Entregas efectuadas em 2004	Total realizado até 31/12/2004	Deliberação da AG 12/11/2004	Aumento de Capital por realizar em 2004
Águas de Portugal	50,5%	5.605.500	3.737.000	9.342.500	9.342.500	0
Município de Lisboa	23,5%	0	1.500.000	1.500.000	4.347.500	2.847.500
Município de Loures	11,5%	225.000	0	225.000	2.127.500	1.902.500
Município de Amadora (a)	3,5%	647.500	453.250	1.100.750	647.500	0
Município de Mafra	3,5%	388.500	259.000	647.500	647.500	0
Município de Odivelas	3,5%	0	647.500	647.500	647.500	0
Município de Vila Franca de Xira (a)	4,0%	1.036.000	0	1.036.000	740.000	0
	100,0%	7.902.500	6.596.750	14.499.250	18.500.000	4.750.000

(a) Os Municípios de Amadora e Vila Franca de Xira anteciparam parcialmente os valores a serem realizados em 2005 (€ 453.250 e € 296.000, respectivamente)

Desta situação resultou a impossibilidade, em virtude de não terem sido cumpridas as realizações previstas, da outorga da escritura pública destinada a fixar o novo capital social, pelo que o capital social da Empresa continua a ser o inicial, isto é, de 1,7 milhões de euros.

Apesar de se ter verificado neste exercício um resultado líquido positivo de cerca de 1,7 milhões de euros, continua a encontrar-se perdido mais de metade do capital social, em virtude de o capital próprio da sociedade ser inferior a metade do capital social subscrito, pelo que a Empresa continua a estar sujeita ao disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Contudo, e com a recente alteração ao referido artigo do Código das Sociedades Comerciais, foi retirada do mesmo a sanção da dissolução automática para as sociedades cujo capital próprio se mantenha, durante dois exercícios consecutivos, num nível abaixo da metade do capital social, não deixando no entanto de ser obrigatório que a situação seja resolvida.

Nestes termos, considera o Conselho de Administração ser oportuno propor aos accionistas da Empresa que seja confirmada a eficácia das deliberações relativas ao montante do aumento de capital para 38,7 milhões de euros.

---

## ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Informação a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Nada a referir

Informação a que se refere o n.º 4 do Art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Na data do encerramento do exercício social detinham uma participação igual ou superior a 10% os seguintes accionistas:

Accionistas	%
Águas de Portugal, SGPS, SA	50,50
Município de Lisboa	23,50
Município de Loures	11,50

## **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração propõe que ao resultado líquido apurado no exercício de 2004, no valor de € 1.660.922,31 (um milhão, seiscentos e sessenta mil, novecentos e vinte e dois euros e trinta e um cêntimos), seja atribuída a seguinte aplicação:

- a) € 83.046,12 (oitenta e três mil, quarenta e seis euros e doze cêntimos) para constituição da Reserva Legal, correspondendo a uma vigésima parte do resultado líquido do exercício, valor mínimo previsto no art. 295º do Código das Sociedades Comerciais;
- b) € 1.577.876,19 (um milhão, quinhentos e setenta e sete mil, oitocentos e setenta e seis euros e dezanove cêntimos) para a cobertura de Resultados Transitados.

---

## PERSPECTIVAS PARA 2005

A concretização do Acordo de Viabilidade aprovado unanimemente pelos Accionistas na sessão da Assembleia Geral de 12 de Novembro de 2004, será o elemento essencial e enquadrador do relançamento da actividade da Empresa em 2005.

Essencial, porque a vontade expressa pelos Accionistas na sua adopção, significa o início da resolução da grave situação económico-financeira da Empresa, que tem condicionado marcadamente: (i) o ritmo de realização do plano de investimentos previsto inicialmente; (2) a capacidade de cumprimento dos prazos e condições estabelecidas nas decisões relativas às contribuições do Fundo de Coesão; (3) a viabilidade de obtenção de financiamentos junto do BEI e da banca comercial.

O Acordo de Viabilidade é também um instrumento enquadrador da actividade da Empresa em 2005, dado que contempla actualizações do plano de investimentos inicial, ao considerar investimentos adicionais e ao pressupor a sua recalendarização.

A inclusão desses investimentos adicionais resulta do aprofundamento que a SIMTEJO tem desenvolvido no conhecimento das infraestruturas e das carências existentes na área da concessão, tendo como objectivo a optimização da sua missão de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e consequente melhoria na qualidade da prestação de serviços.

A recalendarização dos investimentos inicialmente previstos, tem a ver com os atrasos na realização do plano de investimentos, designadamente a partir de Setembro de 2002, quando o Conselho de Administração da SIMTEJO, por falta de meios financeiros (situação que continuou a agravar-se nos anos subsequentes), tomou a decisão de suspender as adjudicações relativas a obras, centrando a sua actividade de investimento na elaboração de estudos preparatórios e de projectos de execução das infraestruturas previstas no contrato de concessão.

É este o contexto que determina o relançamento da actividade de investimento da Empresa em 2005, prevendo-se que, para além da conclusão de algumas obras, de que se salientam:

Adaptação e complemento da Etar de Alcântara – vertente B – Remodelação do tratamento primário, da desidratação de lamas, da desinfecção e tratamento de cheiros;

Beneficiação da Estação Elevatória de Sacavém;

Fornecimento e montagem de equipamento para as etapas de gradagem e desidratação da Etar de Beírolas;

Construção do emissário de descarga de efluente tratado da ETAR da Ericeira;

Empreitada de construção dos Interceptores da Castanheira do Ribatejo;

Empreitada de construção das Estações Elevatórias de Castanheira do Ribatejo-Construção Civil;

Empreitada de projecto e construção da ETAR de Vila Franca de Xira;

Remodelação das estações elevatórias de águas residuais do sistema Interceptor Algés-Alcântara;

Etar de Chelas – by-pass filtração e desinfecção;

Etar de Frielas – Empreitada de Reparações Gerais de Construção Civil;

se proceda ao lançamento e desenvolvimento do seguinte conjunto de infraestruturas:

Adaptação e completamento da ETAR de Alcântara – vertente C;

Emissário da Quinta das Pretas/Figo Maduro a montante da AI;

Emissários de Arranhó e A-do-Baço;

Interceptor Caneças – Ramada – Odivelas;

Interceptores e emissários da bacia do Trancão – Mafra (Sto. Estêvão das Galés);

Interceptores e emissários da bacia do Trancão – Sintra;

Interceptores, sistemas elevatórios e ETAR do subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha;

Interceptores, emissários e sistemas elevatórios de Vila Franca de Xira e Alhandra;

Interceptores e descarregadores da frente de drenagem Algés-Alcântara;

Interceptores e estações elevatórias do Largo Chafariz de Dentro – Cais Sodré;

---

Beneficiação da ETAR de Beirolas – Fase I;  
ETAR de Frielas – Step-screen e Silo;  
Interceptores, sistemas elevatórios e ETAR do subsistema do Carvalho;  
Interceptores e sistemas elevatórios do subsistema da Foz do Lisandro;  
ETAR da Foz do Lisandro;  
Emissários gravíticos e sistemas elevatórios do subsistema da Ericeira;  
Interceptor da Igreja Nova;  
Sistemas elevatórios de A-da-Pêrra, Barril e Cheleiros;  
Interceptores, emissários, sistemas elevatórios de Alverca;  
ETAR de Alverca.

Trata-se de um acréscimo muito significativo nos esforços técnicos e financeiros que a SIMTEJO pretende assegurar em 2005, para o que será decisivo o reforço da estrutura técnica da empresa e naturalmente a contribuição financeira atempada dos municípios seus accionistas/clientes e a aceitação pelo concedente das alterações ao contrato de concessão, decorrentes da concordância de princípio que lhe mereceu o Acordo de Viabilidade da SIMTEJO, de Novembro de 2004.

Em 2005 manter-se-à a aposta da SIMTEJO na manutenção e reforço da acreditação das unidades laboratoriais, na certificação da Empresa nos domínios da gestão da qualidade, da gestão ambiental e da segurança e saúde no trabalho, bem como no reforço da qualificação profissional dos seus colaboradores.

Constitui ainda objectivo do Conselho de Administração da SIMTEJO preparar, em 2005, o programa estratégico de operação e manutenção de subsistemas, instrumento considerado estruturante para a melhoria da eficiência da área operacional da Empresa.

Como se depreende, a SIMTEJO perspectiva, para o ano de 2005, um vasto conjunto de acções, de forma a atingir objectivos de despoluição das linhas de água, da frente marítima do concelho de Mafra e do estuário do Tejo, visando salvaguardar os valores ecológicos e a biodiversidade que lhe estão associados, garantir a preservação e conservação dos recursos hídricos e assim, cumprir a legislação ambiental, nacional e comunitária.

---

Resta acrescentar que o Conselho de Administração da SIMTEJO tem a percepção clara que a concretização cabal dos objectivos de despoluição do estuário do Tejo é uma tarefa para a qual será de igual modo determinante a actuação da SANEST e da SIMARSUL, recentemente criada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração considera ser da mais elementar justiça destacar o desempenho que os colaboradores da Empresa, na sua globalidade, asseguraram em 2004, perante as dificuldades decorrentes da débil situação financeira da SIMTEJO, revelando uma notável motivação e cultura de empresa.

Deverá ser-lhe atribuído o principal mérito para o facto da SIMTEJO ter podido cumprir os objectivos mínimos que enquadram a sua missão, compreendendo e colaborando num quadro de contenção de custos que presidiu às actividades da Empresa em 2004.

Aos membros dos órgãos sociais que concluíram o seu mandato e se mantiveram em funções até à eleição dos novos órgãos sociais em Novembro de 2004, importa exprimir um especial agradecimento.

Merece ainda destaque e agradecimento toda a disponibilidade que nos foi manifestada pelo Conselho de Administração da AdP, SGPS, no acompanhamento desta Empresa, assim como a colaboração que nos foi prestada por outras empresas do grupo AdP, nomeadamente AdP Serviços e AdP Formação.

A inequívoca manifestação de vontade na viabilização da SIMTEJO, assumida pelos Senhores Presidentes dos municípios accionistas em 2004, constitui um marco fundamental no processo de consolidação desta Empresa, que se regista com apreço, tal como a cooperação disponibilizada por outros autarcas e técnicos municipais.

Também o interesse e relevância dada pelo concedente e entidade reguladora sectorial à SIMTEJO são dignos dos maiores agradecimentos.

Importa ainda sublinhar a compreensão e o apoio que nos foi concedido pelos fornecedores numa situação particularmente difícil que a SIMTEJO continuou a atravessar em 2004.

---

A todas as restantes entidades públicas e privadas que durante o exercício de 2004 apoiaram a SIMTEJO e cuja menção poderia pecar por omissão, deixamos a mais elevada manifestação do nosso agradecimento e consideração.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2005

Adriano Cabaços Tourais  
(Presidente do Conselho de Administração)

António Alberto Corte-Real Frazão  
(Vogal do Conselho de Administração)

José Rui Roque  
(Vogal do Conselho de Administração)

Ana Paula Correia Valla Chagas  
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Alexandra Gonçalves  
(Vogal do Conselho de Administração)

Carlos Manuel Martins  
(Vogal do Conselho de Administração)

José Maria Ministro dos Santos  
(Vogal do Conselho de Administração)

## IV. Demonstrações Financeiras

**Balanço em 31 de Dezembro de 2004**

(Valores expressos em Euros)

POC	ACTIVO	Notas	2004			2003
			Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
	<b>IMOBILIZADO</b>					
	Imobilizações incorpóreas					
431	Despesas de instalação	8	263.370,09	23.466,40	239.903,69	248.680,49
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	8	190.898,09	68.935,41	121.962,68	185.595,38
449	Adiantamentos por conta imob.Incorporeas		0,00	0,00	0,00	0,00
		10 e 14	454.268,18	92.401,81	361.866,37	434.275,87
	Imobilizações corpóreas					
421	Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00
422	Edifícios e outras construções		33.493.101,94	5.622.070,73	27.871.031,21	25.925.911,67
423	Equipamento básico		16.379.069,59	4.739.148,13	11.639.921,46	11.670.425,94
424	Equipamento de transporte		402.183,82	252.802,55	149.381,27	280.832,46
425	Ferramentas e utensílios		184.728,17	53.615,37	131.112,80	143.887,08
426	Equipamento administrativo		615.999,51	275.076,14	340.923,37	440.248,81
427	Taras e vasilhame		0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas		4.050,68	745,54	3.305,14	3.710,21
441/6	Imobilizações em curso		34.185.417,56	0,00	34.185.417,56	27.509.694,41
448	Adiantamentos por conta imob.corporeas		0,00	0,00	0,00	0,00
		10 e 14	85.264.551,27	10.943.458,46	74.321.092,81	65.974.710,58
	Investimentos financeiros					
4111	Partes de capital em empresas do Grupo		0,00	0,00	0,00	0,00
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 18	113.334,00	0,00	113.334,00	7.158.608,00
			113.334,00	0,00	113.334,00	7.158.608,00
	<b>CIRCULANTE</b>					
	Existências					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	49.570,53	0,00	49.570,53	29.552,56
32	Mercadorias		0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras		0,00	0,00	0,00	0,00
		41	49.570,53	0,00	49.570,53	29.552,56
211	Clientes - c/c	48.5	56.686.443,29	0,00	56.686.443,29	31.995.923,86
218	Clientes de cobrança duvidosa	23 e 34	36.225,00	36.225,00	0,00	0,00
252	Empresas do grupo		0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores		1.039,50	0,00	1.039,50	301,24
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0,00	0,00	0,00	380,80
24	Estado e outros entes públicos	48.2	3.456.695,69	0,00	3.456.695,69	1.228.925,31
262+266+267+268+221	Outros devedores	48.3	4.088.959,79	0,00	4.088.959,79	7.492.088,72
264	Subscritores de capital		0,00	0,00	0,00	0,00
			64.269.363,27	36.225,00	64.233.138,27	40.717.619,93
	Depósitos bancários e Caixa					
12+13+14	Depósitos bancários		196.402,73		196.402,73	1.318.306,11
11	Caixa		4.451,32		4.451,32	5.249,11
			200.854,05		200.854,05	1.323.555,22
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
271	Acréscimos de proveitos	48.4	4.133.595,68		4.133.595,68	1.660.314,43
272	Custos diferidos	48.4	506.238,53		506.238,53	531.509,01
276	Impostos Diferidos	6	271.145,42		271.145,42	964.577,94
			4.910.979,63		4.910.979,63	3.156.401,38
	Total de amortizações e reintegrações			11.035.860,27		
	Total de provisões			36.225,00		
	Total do Activo		155.262.920,93	11.072.085,27	144.190.835,66	118.794.723,54

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**Balanço em 31 de Dezembro de 2004**

(Valores expressos em Euros)

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2004	2003
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
51	Capital	35 e 36	1.700.000,00	1.700.000,00
53	Prestações suplementares		0,00	0,00
54	Prémios de emissão de acções ( quotas )		0,00	0,00
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas		0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação		0,00	0,00
	Reservas			
571	Reservas legais		0,00	0,00
572 a 579	Outras reservas		0,00	0,00
59	Resultados transitados		-2.681.843,24	-1.168.204,20
	Subtotal		-981.843,24	531.795,80
88	Resultado líquido do exercício		1.660.922,31	-1.513.639,04
89	Dividendos antecipados		0,00	0,00
	Total do Capital Próprio	40	679.079,07	-981.843,24
	<b>PASSIVO</b>			
	Provisões para riscos e encargos			
291	Provisões para pensões		0,00	0,00
292	Provisões para impostos		0,00	0,00
293 a 298	Outras provisões para riscos e encargos	34	0,00	0,00
			0,00	0,00
	Dívidas a terceiros a médio e longo prazo			
268	Outros Credores	48.3	14.713.184,70	8.889.025,50
	Dívidas a terceiros a curto prazo			
233	Empréstimos por títulos de participação		0,00	0,00
231 + 12	Dívidas a instituições de crédito		28.947.252,60	26.455.093,08
269	Adiantamento por conta de vendas		0,00	0,00
221	Fornecedores c/c		1.369.360,66	2.565.127,05
228	Fornecedores - Fact. em recep. e conf.		627.010,16	541.180,36
222	Fornecedores - Títulos a pagar		0,00	0,00
252	Empresas do Grupo		0,00	0,00
253+254	Empresas participadas e participantes		0,00	0,00
251+255	Outros accionistas (sócios)		4.070.256,00	1.024.471,18
219	Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
239	Outros empréstimos obtidos		0,00	0,00
261	Fornecedores de Imobilizado - c/c		9.352.142,99	3.951.890,04
24	Estado e Outros Entes Públicos	48.2	168.110,22	112.039,89
262 a 268	Outros credores	48.3	42.245.390,75	30.795.413,70
			86.779.523,38	65.445.215,30
	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>			
273	Acréscimos de custos	48.4	25.360.580,85	20.070.859,02
274	Proveitos diferidos	48.4	16.658.467,66	25.371.466,96
			42.019.048,51	45.442.325,98
	Total do Passivo		143.511.756,59	119.776.566,78
	Total do Capital Próprio e do Passivo		144.190.835,66	118.794.723,54

**Demonstração dos Resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2004**

(Valores expressos em Euros)

POC	CUSTOS E PERDAS	Notas	2004		2003	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	41	734.607,49		871.155,79	
62	Fornecimentos e serviços de terceiros		6.166.787,68	6.901.395,17	5.939.018,47	6.810.174,26
641 a 642	Custos com o pessoal		3.568.242,02		4.019.875,84	
	Remunerações					
	Encargos sociais:					
	Pensões		0,00		0,00	
645 a 648	Outros		948.898,78	4.517.140,80	1.054.104,36	5.073.980,20
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	8.737.936,50		12.902.576,21	
67	Provisões	34	36.225,00	8.774.161,50	0,00	12.902.576,21
63	Impostos		412.265,40		293.379,50	
65	Outros custos operacionais		18.813,91	431.079,31	17.280,96	310.660,46
	(A)			20.623.776,78		25.097.391,13
683+684	Amortizações e prov. aplic. e investimentos financeiros			0,00		0,00
	Juros e custos similares					
	Relativos a empresas do Grupo		1.317.191,83		156.231,67	
688+6815+6819+685 +6811	Outros	45	2.192.663,36	3.509.855,19	760.323,08	916.554,75
	(C)			24.133.631,97		26.013.945,88
69	Custos e perdas extraordinários	46		2.918.182,03		2.579.753,79
	(E)			27.051.814,00		28.593.699,67
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	6	15.265,84		15.573,55	
86	Impostos Diferidos	6	693.432,52	708.698,36	-333.352,04	-317.778,49
	(G)			27.760.512,36		28.275.921,18
88	Resultado líquido do exercício			1.660.922,31		-1.513.639,04
				29.421.434,67		26.762.282,14

POC	PROVEITOS E GANHOS		2004		2003	
71	Vendas	44	0,00	0,00	7.500,00	0,00
72	Prestações de serviços	44	24.613.301,30	24.613.301,30	22.624.692,78	22.632.192,78
	Variação da produção			0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria empresa	14		798.188,38		913.522,00
73	Proveitos suplementares		29.762,19		40.828,33	
74	Subsídios a exploração		0,00		0,00	
76	Outros proveitos operacionais		0,00	29.762,19	0,00	40.828,33
	(B)			25.441.251,87		23.586.543,11
782	Ganhos de participações de capital		0,00		0,00	
7812+7815+7816+783	Rendimentos de participação de capital		0,00		0,00	
7814	Outros juros e proveitos similares		0,00		0,00	
7811+7813+7818+785 +786+788	Relativos a empresas interligadas		0,00		0,00	
	Outros	45	2.494.876,99	2.494.876,99	1.700.278,13	1.700.278,13
	(D)			27.936.128,86		25.286.821,24
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46		1.485.305,81		1.475.460,90
	(F)			29.421.434,67		26.762.282,14

RESUMO			2004		2003
Resultados operacionais	B - A		4.817.475,09		-1.510.848,02
Resultados financeiros	(D - B) - (C - A)		-1.014.978,20		783.723,38
Resultados correntes	D - C		3.802.496,89		-727.124,64
Resultados antes de impostos	F - E		2.369.620,67		-1.831.417,53
Resultado do exercício	F - G		1.660.922,31		-1.513.639,04

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**Demonstração dos Resultados por Funções do período findo em 31 de Dezembro de 2004**

(Valores expressos em Euros)

	Exercícios	
	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	24.614.340,70	24.091.760,99
Custo das Vendas e das prestações de serviços	-19.602.040,82	-22.316.226,86
<b>Resultados brutos</b>	<b>5.012.299,88</b>	<b>1.775.534,13</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	2.312.216,98	970.243,02
Custos de distribuição	0,00	0,00
Custos administrativos	-3.884.797,15	-5.104.207,66
Outros custos e perdas operacionais	-55.120,84	-256.710,40
<b>Resultados operacionais</b>	<b>3.384.598,87</b>	<b>-2.615.140,91</b>
Custo líquido de financiamento	-1.014.978,20	783.723,38
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
<b>Resultados correntes</b>	<b>2.369.620,67</b>	<b>-1.831.417,53</b>
Impostos sobre os resultados correntes	708.698,36	-317.778,49
<b>Resultados correntes após impostos</b>	<b>1.660.922,31</b>	<b>-1.513.639,04</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	0,00
<b>Resultados líquidos</b>	<b>1.660.922,31</b>	<b>-1.513.639,04</b>
<b>Resultados por acção</b>	<b>4,89</b>	<b>-4,45</b>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2004**

(Valores expressos em Euros)

RUBRICAS	2004		2003	
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Recebimentos de Clientes	3.071.683,89		2.144.314,41	
Pagamentos a Fornecedores	-9.618.018,49		-5.003.383,19	
Pagamentos ao Pessoal	-2.666.049,11		-3.211.807,30	
Fluxo Gerado pelas Operações		-9.212.383,71		-6.070.876,08
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	-50.501,38		-43.653,09	
Outros Recebimentos/Pagamento relativos à Act. Operacional	-824.995,38		-3.421.321,56	
Fluxo Gerado antes das Rubricas Extraordinárias		-10.087.880,47		-9.535.850,73
Recebimentos relacionados c/Rubricas Extraordinárias	0,00		0,00	
Pagamentos relacionados c/Rubricas Extraordinárias	0,00		0,00	
<b>Fluxo das Actividades Operacionais (1)</b>		<b>-10.087.880,47</b>		<b>-9.535.850,73</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Investimentos Financeiros	0,00		0,00	
Imobilizações Corpóreas	0,00		0,00	
Imobilizações Incorpóreas	0,00		0,00	
Juros e Proveitos Similares	3.754,92		45.344,65	
Subsídios e Doações	1.914.601,97		4.095.655,87	
		1.918.356,89		4.141.000,52
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>				
Investimentos Financeiros	0,00		-56.667,00	
Imobilizações Corpóreas	-2.738.863,48		-12.508.712,05	
Imobilizações Incorpóreas	0,00		0,00	
		-2.738.863,48		-12.565.379,05
<b>Fluxo das Actividades de Investimento (2)</b>		<b>-820.506,59</b>		<b>-8.424.378,53</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
<u>Recebimentos provenientes de:</u>				
Empréstimos Obtidos	3.665.000,00		17.000.000,00	
Aumentos de Capital e Prestações Suplementares	4.949.250,00		1.239.500,00	
Subsídios e Doações	0,00		0,00	
Venda de acções próprias	0,00		0,00	
Cobertura de Prejuízos	0,00		0,00	
		8.614.250,00		18.239.500,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>				
Empréstimos Obtidos	0,00		-511.320,30	
Amortizações de contratos de Locação Financeira	-135.514,88		-76.132,20	
Juros e Custos Similares	-1.185.208,75		-594.441,81	
Dividendos	0,00		0,00	
Reduções de Capital e Prestações Suplementares	0,00		0,00	
Aquisição de acções próprias	0,00		0,00	
		-1.320.723,63		-1.181.894,31
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento (3)</b>		<b>7.293.526,37</b>		<b>17.057.605,69</b>
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)		-3.614.860,69		-902.623,57
Efeitos das Diferenças de Câmbios		0,00		0,00
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		-642.858,16		259.765,41
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		-4.257.718,85		-642.858,16

**Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2004**

(Valores expressos em Euros)

**I. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes**

RUBRICAS	2004	2003
Numerário	4.451,32	5.249,11
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	196.402,73	1.318.306,11
Equivalentes a Caixa: Descoberto Bancário	-4.458.572,90	-1.966.413,38
Outras Disponibilidades: Disponibilidades constantes do balanço	0,00	0,00

**2. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias**

A Simtejo dispõem de um descoberto autorizado até 5 milhões de euros, cujo valor utilizado em 31 de Dezembro de 2004 ascende a 4.458.572,90 euros. A Empresa tem ainda contratado um financiamento de curto prazo, no valor de 24,5 milhões de euros, o qual se encontra totalmente utilizado à data do presente relatório.

## **V. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados**

---

## NOTA INTRODUTÓRIA

A sociedade foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 288-A/2001, de 10 de Novembro, e tem como objectivo a gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento do Tejo e Trancão para recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios de Amadora, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas e Vila Franca de Xira.

A concessão da exploração e gestão do Sistema à SIMTEJO foi efectuada através de um contrato celebrado com o Estado Português em 3 de Dezembro de 2001, e por um período de 30 anos, que tem por objecto os seguintes pressupostos:

- concepção e construção de todos os órgãos necessários à recolha, tratamento e rejeição de águas residuais, incluindo a instalação de condutas e a concepção e construção de estações elevatórias e de tratamento, a respectiva reparação e renovação de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários exigíveis;
- a aquisição, manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes que o sistema deva receber;
- o controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados e dos meios receptores em que os mesmos sejam descarregados.

Em Dezembro de 2004 foi revisto e apresentado novo estudo económico-financeiro da Concessão, implicando a necessidade de celebração de um aditamento ao Contrato de Concessão entre o Estado Português e a SIMTEJO.

Em consequência da modificação dos pressupostos do estudo económico-financeiro, que alteram significativa e comprovadamente as condições de exploração do Sistema, bem como a adequação por parte do Concedente dos elementos da Concessão, tendo alterado as condições da sua exploração face às exigências da política ambiental e das normas legais e regulamentares, e tendo ainda em vista a obrigatoriedade de promover a reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato, foi proposta ao Concedente uma prorrogação por mais treze anos do prazo da Concessão.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras:

### **NOTA 3 – PRINCIPAIS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

As demonstrações financeiras da sociedade, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2004, a Demonstração dos Resultados, por natureza e funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados para o exercício findo naquela data, foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da sociedade em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

#### **a) Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição e respeitam a despesas de instalação. São constituídas basicamente por despesas incorridas com marcas e patentes e com a preparação do início da fase de exploração (capitalização de custos). As Marcas e Patentes são não reversíveis, sendo amortizadas pelo método das quotas constantes, segundo as taxas máximas fiscalmente previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro. Já no que respeita à Capitalização de Custos, serão amortizados durante o período em que vigora o Contrato de Concessão.

As despesas de investigação e desenvolvimento respeitam a estudos e projectos realizados pela empresa e que se enquadram na análise geral do Sistema da Concessão, nomeadamente no que concerne aos sistemas de saneamento existentes, e obedecem aos critérios de amortização previstas no já referido Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

## b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Estando a SIMTEJO abrangida por um contrato de concessão foi aplicada neste exercício a disciplina decorrente da Directriz Contabilística n.º 4 – Contabilização de Obrigações Contratuais de Empresas Concessionárias.

Os critérios valorimétricos utilizados nas amortizações foram os seguintes:

### Bens afectos à Concessão:

Os bens afectos à Concessão, nos termos do contrato respectivo, são reversíveis para o Estado, no fim do período de concessão, incluindo os custos estimados de reposição dos bens de substituição.

As amortizações praticadas resultam da aplicação da Directriz Contabilística n.º 4/91, mediante um método de cálculo de quotas variáveis, com base na evolução dos caudais a tratar ao longo da Concessão, o que vem permitir adequar os custos de amortização dos bens e equipamentos à actividade efectivamente praticada.

### Bens não afectos à Concessão (não reversíveis para o Concedente):

Foram amortizados de acordo com a vida útil esperada conforme as taxas máximas previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro.

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras construções	10 - 30
Equipamento Básico	4 - 10
Equipamento de Transporte	4
Ferramentas e Utensílios	1 - 10
Equipamento Administrativo	1 - 10
Outras Imobilizações Corpóreas	1 - 10

### c) Investimentos Financeiros

Encontra-se registado nesta rubrica os depósitos de carácter permanente referentes ao Fundo de Reconstituição do Capital Social, de acordo com a cláusula 18.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão.

#### **Fundo de Reconstituição do Capital Social**

Nos termos do disposto na cláusula 18.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão, a SIMTEJO encontra-se obrigada a entregar em cada ano o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para a criação de um Fundo de Reconstituição do Capital que será gerido pela Concessionária, a qual terá direito ao mesmo no termo do contrato.

No exercício de 2004, em virtude da proposta de alargamento do prazo da Concessão em mais treze anos, acrescido do facto de não se ter registado qualquer aumento de capital social, não foi entregue qualquer valor por conta do respectivo Fundo, visto o valor existente (entregas efectuadas em 2002 e 2003) cobrir a anuidade respectiva.

Informa-se igualmente que a relevância contabilística dos factos patrimoniais relacionados com o citado Fundo se encontra registada no Balanço da SIMTEJO, na rubrica “Títulos e Outras Aplicações Financeiras”.

#### **Fundo de Renovação do Equipamento**

De acordo com a cláusula 13.<sup>a</sup> do Contrato de Concessão, a SIMTEJO encontra-se obrigada a constituir um fundo que vise acorrer aos encargos necessários à realização do investimento de substituição de bens depreciados por uso ou obsolescência técnica.

Atendendo à actual situação financeira da Empresa, não foi constituído qualquer fundo de renovação de equipamento, sendo que o respectivo valor será recuperado após a estabilização efectiva da situação económico-financeira da SIMTEJO.

**d) Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição e integram essencialmente matérias subsidiárias e de consumo, destinadas à aplicação no processo de tratamento nas Estações de Tratamento de Águas Residuais.

O critério de movimentação das saídas é o do custo médio ponderado.

**e) Acréscimos e Diferimentos**

Os custos e os proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

**f) Saldos denominados em moeda estrangeira**

As cotações do câmbio para conversão do saldo de caixa em moeda estrangeira foram efectuadas ao câmbio de 31 de Dezembro de 2004, e convertidas em euros.

**NOTA 4 – COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA**

A 31 de Dezembro de 2004 foi utilizada a seguinte taxa de câmbio para converter para Euros os principais activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

MOEDA	CÓDIGO	COTAÇÃO
Dólar Americano	USD	€ 0,733

---

## NOTA 6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A sociedade encontra-se sujeita ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa normal de 25%, que é incrementada em 10% pela Derrama.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social).

A SIMTEJO reconhece contabilisticamente as situações de diferimento de imposto, conforme preconizado na Directriz Contabilística nº 28, tendo efectuado neste exercício um ajustamento no montante de 693.432,52 euros, essencialmente devido à utilização dos prejuízos fiscais reportáveis. Mantêm-se em balanço os valores referentes a prejuízos não utilizados neste exercício que, e de acordo com o estudo de viabilidade económico e financeira anexo ao Contrato de Concessão, serão recuperados durante o prazo fiscalmente aceite.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência, e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em rubricas específicas de acréscimos e diferimentos, estão reflectidos os efeitos em imposto sobre o rendimento, das diferenças temporais relativas aos activos e passivos relevados no balanço.

A reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente é apresentada no quadro seguinte:

	Total		Operações na DR	
	2004	2003	2004	2003
I Imposto do Exercício	708.698,36	-317.778,49	708.698,36	-317.778,49
II Gastos (Proveitos) de impostos do exercício reconhecidos neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:				
1. Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias	693.432,52	-526.267,63	693.432,52	-526.267,63
2. Impostos diferidos pela reversão de diferenças temporárias				
3. Impostos diferidos relativos à alteração das taxas de tributação, ou lançamentos ou abolição de impostos		192.915,59		192.915,59
4. Diminuição de activos por impostos diferidos				
5. Reversão da diminuição de activos por impostos diferidos				
6. Reporte de prejuízos anteriormente reconhecidos como impostos diferidos				
7. Imposto diferido relativo à realização de reservas de reavaliação de imobilizado				
8. Outros				
	693.432,52	-333.352,04	693.432,52	-333.352,04
III Gastos (Proveitos) de impostos não reconhecidos anteriormente como impostos diferidos:				
	0,00	0,00	0,00	0,00
IV Imposto diferido (II +/- III)	693.432,52	-333.352,04	693.432,52	-333.352,04
V Imposto corrente (I +/- IV)	15.265,84	15.573,55	15.265,84	15.573,55

No quadro que se segue apresenta-se a decomposição dos activos e passivos por impostos diferidos por tipo de diferença à data de balanço:

	Total		Operações na DR	
	2004	2003	2004	2003
<u>Diferenças temporárias que originaram Activos por impostos diferidos</u>				
Provisões não aceites fiscalmente				
Resultados positivos em ACE				
Resultados negativos pela aplicação do método de equiv. patr.				
Amortizações não aceites fiscalmente				
Benefícios de reforma, quando não há fundo externo				
Diferenças entre o justo valor e a BT	563.684,90		-563.684,90	
Prejuízos fiscais	422.298,43	3.507.556,14	3.085.257,71	-1.594.750,35
Efeito da transposição de demonstrações financeiras				
Dupla tributação				
Reconhecimento inicial de activos e passivos				
Outros				
Total I	985.983,33	3.507.556,14	2.521.572,81	-1.594.750,35
<u>Diferenças temporárias que originaram Passivos por impostos</u>				
Total II	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>Valores reflectidos no Balanço</u>				
Activos por impostos diferidos (Total I x taxa(s))	271.145,41	964.577,94	693.432,52	-526.267,62
Passivos por impostos diferidos (Total II x taxa(s))	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

Em baixo informa-se da decomposição dos impostos relativos a resultados líquidos, reservas livres e resultados transitados:

Rubricas	Resultados	Resultados Transitados	Noutras rubricas cap. propios	Totais
Resultados, reservas livres e resultados transitados antes de impostos (contabilísticos)	2.369.620,67	0,00	0,00	2.369.620,67
Diferenças definitivas	151.952,14	0,00	0,00	151.952,14
Resultados, reservas livres e resultados transitados antes de impostos (fiscais)	3.085.257,71	0,00	0,00	3.085.257,71
Resultados, reservas livres e resultados transitados líquidos de impostos (contabilísticos)	1.660.922,31	0,00	0,00	1.660.922,31
Imposto do Exercício	708.698,36	0,00	0,00	708.698,36
Impostos diferidos	693.432,52	0,00	0,00	693.432,52
Imposto corrente	15.265,84	0,00	0,00	15.265,84

O relacionamento entre gastos (proveitos) de impostos e resultados contabilísticos e outras variações patrimoniais encontram-se identificadas de seguida:

	Total		Operações na DR	
	2004	2003	2004	2003
1. Resultados e outras variações patrimoniais antes de impostos	2.369.620,67	-1.831.417,53	2.369.620,67	-1.831.417,53
2. Taxa(s) de imposto	27,5%	33,0%	27,5%	33,0%
3. Imposto do Exercício	651.645,68	-604.367,78	651.645,68	-604.367,78
4. Lucro Tributável	3.085.257,71	1.594.750,35	3.085.257,71	1.594.750,35
5. Imposto sobre o rendimento	693.432,52	-333.352,04	693.432,52	-333.352,04
6. Tributações autónomas	15.265,84	15.573,55	15.265,84	15.573,55
7. Imposto total	708.698,36	-317.778,49	708.698,36	-317.778,49
8. Taxa média	22,97%	-19,93%	22,97%	-19,93%
9. Taxa efectiva	29,91%	17,35%	29,91%	17,35%

É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções resultantes de inspecções fiscais às declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, tendo em conta as orientações transmitidas pela “holding” do Grupo.

**NOTA 7 – NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA**

Durante o exercício de 2004 o número médio de pessoas ao serviço da empresa foi:

	Nº. Médio Pessoas	
	2004	2003
Órgãos sociais	5	6
Trabalhadores Efectivos	151	146
Trabalhadores Eventuais	16	24
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>176</b>

**NOTA 8 – COMENTÁRIO À CONTA DESPESAS INSTALAÇÃO E DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO****Despesas de Instalação**

Esta conta compreende as despesas incorridas com a constituição da empresa, marcas e patentes e capitalização de custos, conforme referido na nota 3 alínea a).

**Despesas de Investigação e Desenvolvimento**

Encontra-se registado nesta conta estudos e projectos efectuados pela Simtejo no âmbito da Concessão, de acordo com o referido na Nota 3, alínea a).

**NOTA 10 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO  
IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES**

<b>ACTIVO BRUTO</b>						
<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Alienações</b>	<b>Transf/Abates</b>	<b>Saldo Final</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>						
Despesas de instalação	263.370,09					263.370,09
Despesas de investigação e de desenvolvimento	190.898,09					190.898,09
Propriedade industrial e outros direitos						
Trespases						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
	<b>454.268,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>454.268,18</b>
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	29.380.149,37		3.106.832,68		1.006.119,89	33.493.101,94
Equipamento básico	14.523.142,77		1.567.703,04		288.223,78	16.379.069,59
Equipamento de transporte	457.118,51			-54.934,69		402.183,82
Ferramentas e utensílios	163.810,20		20.917,97			184.728,17
Equipamento administrativo	598.693,34		17.306,17			615.999,51
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	4.050,68					4.050,68
Imobilizações em curso	27.509.694,41		7.970.066,82		-1.294.343,67	34.185.417,56
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	<b>72.636.659,28</b>	<b>0,00</b>	<b>12.682.826,68</b>	<b>-54.934,69</b>	<b>0,00</b>	<b>85.264.551,27</b>
<b>Investimentos Financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do Grupo						
Empréstimos a empresas do Grupo						
Partes de capital em empresas associadas						
Empréstimos a empresas associadas						
Títulos e outras aplicações financeiras	7.158.608,00	-7.045.274,00				113.334,00
Outros empréstimos concedidos						
Imobilizações em curso						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
	<b>7.158.608,00</b>	<b>-7.045.274,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>113.334,00</b>
<b>Total</b>	<b>80.249.535,46</b>	<b>-7.045.274,00</b>	<b>12.682.826,68</b>	<b>-54.934,69</b>	<b>0,00</b>	<b>85.832.153,45</b>

<b>AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES</b>				
<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Reforço</b>	<b>Regulariz.</b>	<b>Saldo final</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>				
Despesas instalação	14.689,60	8.776,80		23.466,40
Despesas de investigação e desenvolvimento	5.302,71	63.632,70		68.935,41
Propriedade industrial e outros direitos				
Trespases				
	<b>19.992,31</b>	<b>72.409,50</b>	<b>0,00</b>	<b>92.401,81</b>
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	3.454.237,70	2.167.833,03		5.622.070,73
Equipamento básico	2.852.716,83	1.886.431,30		4.739.148,13
Equipamento de transporte	176.286,05	111.425,16	-34.908,66	252.802,55
Ferramentas e utensílios	19.923,12	33.692,25		53.615,37
Equipamento administrativo	158.444,53	116.631,61		275.076,14
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	340,47	405,07		745,54
	<b>6.661.948,70</b>	<b>4.316.418,42</b>	<b>-34.908,66</b>	<b>10.943.458,46</b>
<b>Investimentos Financeiros:</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras				
Outros empréstimos concedidos				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>6.681.941,01</b>	<b>4.388.827,92</b>	<b>-34.908,66</b>	<b>11.035.860,27</b>

**Nota:** Os reforços descritos não totalizam o valor registado em “amortizações do exercício”, derivado da aplicação da Directriz Contabilística n.º 4/91, através da amortização dos custos estimados até ao final da concessão, no valor de € 4.349.108,58.

#### **NOTA 14 – IMOBILIZAÇÕES REVERSÍVEIS**

As Imobilizações respeitantes a Edifícios e Outras Construções, Equipamento Básico e Imobilizações em Curso estão instaladas em propriedade alheia. Conforme decorre do articulado do Contrato outorgado com o Estado Português, revertem, no fim do período de Concessão, para uma Associação de Municípios representativa dos Municípios utilizadores do Sistema, ou em alternativa, para o conjunto desses Municípios. Caso não venha a ser exercido esse direito de opção, reverterão para o Estado.

Na sua globalidade, as Imobilizações referidas, com excepção das Imobilizações em Curso, resultam da integração de infra-estruturas pertencentes aos Municípios que compõem o Sistema, totalizando o valor de 46.897.564,42 euros, desdobradas da seguinte forma:

Municípios	Edifícios e Outras Construções		Equipamento Básico	Valor Total
	Construção Civil	Interceptores		
Lisboa	10.657.987,02	7.925.169,84	8.745.015,00	27.328.171,86
Loures	4.804.191,35	3.572.347,41	3.941.900,59	12.318.439,34
Mafra	671.456,47	499.288,14	550.938,63	1.721.683,24
Odivelas	804.114,68	597.931,42	659.786,40	2.061.832,51
Vila Franca de Xira	1.352.300,62	1.005.556,87	1.109.579,99	3.467.437,48
Total	18.290.050,13	13.600.293,68	15.007.220,61	46.897.564,42

As Imobilizações em Curso referem-se, na sua grande maioria, a empreitadas levadas a cabo pela SIMTEJO nas infra-estruturas acima referidas. O valor final em 2004 ascende a 34.185.417,56 euros.

O quadro seguinte apresenta os custos financeiros e os custos de estrutura que foram capitalizados e adicionados aos valores das imobilizações em curso (do exercício e acumulados)

Conta de Balanço	2004		2003	
	No exercício	Acumulados	No exercício	Acumulados
75 - Trabalhos para a própria Empresa	798.188,38	2.395.037,96	913.522,00	1.596.849,59
<i>Custos financeiros</i>	<i>210.285,86</i>	<i>549.073,41</i>	<i>218.634,28</i>	<i>338.787,56</i>
<i>Outros custos de estrutura</i>	<i>587.902,52</i>	<i>1.845.964,55</i>	<i>694.887,72</i>	<i>1.258.062,03</i>
<b>Saldo Final</b>	<b>798.188,38</b>	<b>2.395.037,96</b>	<b>913.522,00</b>	<b>1.596.849,59</b>

O mapa seguinte representa a totalidade do Activo Imobilizado da Empresa, discriminado em Imobilizações reversíveis e não reversíveis, incluindo as acima enunciadas:

Rubricas	Reversíveis	Não Reversíveis	Valor Total
<u>Imobilizações Incorpóreas</u>			
Despesas de Instalação		454.268,18	454.268,18
Total	0,00	454.268,18	454.268,18
<u>Imobilizações Corpóreas</u>			
Edifícios e outras construções	33.349.435,44	143.666,50	33.493.101,94
Equipamento básico	16.379.069,58	0,01	16.379.069,59
Equipamento transporte	223.820,06	178.363,76	402.183,82
Ferramentas e utensílios	178.245,91	6.482,26	184.728,17
Equipamento administrativo	108.856,11	507.143,40	615.999,51
Outras imobilizações corpóreas	628,22	3.422,46	4.050,68
Imobilizações em Curso	34.185.417,56	0,00	34.185.417,56
Total	84.425.472,88	839.078,39	85.264.551,27
Total	84.425.472,88	1.293.346,57	85.718.819,45

**NOTA 15 – BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA**

Bens	N.º contrato	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas	Activo Líquido	
Viatura automóvel - 37-85-TB	997	15.151,67	11.048,10	4.103,57	
Viatura automóvel - 01-31-TC		15.151,67	11.048,10	4.103,57	
Viatura automóvel - 36-29-TB		15.151,67	11.048,10	4.103,57	
Viatura automóvel - 37-41-TB		15.151,67	11.048,10	4.103,57	
Viatura automóvel - 86-91-TJ		15.298,32	10.198,88	5.099,44	
Viatura automóvel - 86-98-TJ		15.298,32	10.198,88	5.099,44	
Viatura automóvel - 41-79-TO		27.575,40	18.383,60	9.191,80	
Viatura automóvel - 72-15-TN		15.337,16	9.905,25	5.431,91	
Viatura automóvel - 72-16-TN		15.337,16	9.905,25	5.431,91	
Viatura automóvel - 72-15-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 30-40-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 72-17-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 72-20-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 72-10-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 72-19-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 30-39-TO		14.583,42	9.418,47	5.164,95	
Viatura automóvel - 22-95-TX		15.447,41	9.332,81	6.114,60	
Viatura automóvel - 22-99-TX		15.447,41	9.332,81	6.114,60	
Viatura automóvel - 57-97-UF		10.625,75	5.976,99	4.648,76	
Viatura automóvel - 98-42-UF		10.625,75	5.976,99	4.648,76	
Viatura automóvel - 82-49-TS		15.013,30	9.383,32	5.629,98	
Viatura automóvel - 69-16-TT		14.741,63	9.213,52	5.528,11	
Viatura automóvel - 69-17-TT		14.741,63	9.213,52	5.528,11	
Viatura automóvel - 72-92-UJ		14.516,84	7.560,85	6.955,99	
<b>TOTAL</b>			<b>362.696,70</b>	<b>234.704,36</b>	<b>127.992,34</b>

---

**NOTA 16 – PARTICIPAÇÕES**

As demonstrações financeiras da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, são incluídas na consolidação de contas da AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, com sede na Avenida da Liberdade, n.º 110 – 5.º, 1269-042 em Lisboa, que detém uma participação correspondente a 50,5% do capital.

**NOTA 18 – FUNDOS**

Para discriminação do estabelecido no Contrato de Concessão, conforme referido na nota 3, alínea c), encontra-se criado um Fundo para a Reconstituição do Capital Social, no montante total de 113.334 euros.

No exercício de 2004, em virtude da proposta de alargamento do prazo da Concessão em mais treze anos, acrescido do facto de não se ter registado qualquer aumento de capital social, não foi entregue qualquer valor por conta do respectivo Fundo, visto o valor existente (entregas efectuadas em 2002 e 2003) cobrir a anuidade respectiva.

No que concerne ao Fundo de Renovação do Equipamento, e atendendo à actual situação da Empresa, não foi considerado a constituição de qualquer dotação, sendo que o inerente valor será recuperado após a estabilização efectiva da situação económico-financeira da SIMTEJO.

Foram ainda regularizadas as dotações anteriormente consideradas (em 2002 e 2003), que tinham sido constituídas contabilisticamente por incorporação dos créditos de clientes municipais, cujos valores se encontravam em mora à data de 31 de Dezembro de 2003.

Foram os seguintes os movimentos registados em cada um dos Fundos:

Movimentos	Fundo de Reconstituição do Capital Social	Fundo de Renovação do Equipamento	Total
Saldo Inicial	113.334,00	7.045.274,00	7.158.608,00
Dotação do ano	0,00	0,00	0,00
Utilização/Regularização	0,00	7.045.274,00	7.045.274,00
Saldo Final	113.334,00	0,00	113.334,00

**NOTA 23 – VALOR GLOBAL DAS DIVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA**

O montante das dividas de cobrança duvidosa que se encontra incluído em cada uma das contas de dividas a receber de terceiros são as seguintes:

<b>Dividas de Terceiros de Cobrança Duvidosa</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumentos</b>	<b>Reduções</b>	<b>Saldo Final</b>
211 - Clientes c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
218 - Clientes de cobrança duvidosa	0,00	36.225,00	0,00	36.225,00
25 - Accionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
262 - Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
268 - Devedores diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>36.225,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.225,00</b>

**NOTA 25 – DÍVIDAS RESPEITANTES AO PESSOAL**

Encontra-se por regularizar à data de 31 de Dezembro de 2004 o valor de 78,64 euros respeitante à conta corrente existente entre os adiantamentos concedidos aos trabalhadores da SIMTEJO e as respectivas reposições. Este valor refere-se na sua totalidade a adiantamentos concedidos aquando dos períodos de baixa por doença dos trabalhadores, já que é uma das políticas sociais da Empresa proceder ao complemento do valor subsidiado pela Segurança Social.

**NOTA 28 – DÍVIDAS EM MORA AO ESTADO**

Em 31 de Dezembro de 2004 não existiam dívidas em situação de mora, para com o Estado e Outros Entes Públicos.

**NOTA 31 – COMPROMISSOS FINANCEIROS**

Os compromissos financeiros assumidos pela SIMTEJO que não figuram no Balanço decorrem dos investimentos futuros consubstanciados no Contrato de Concessão, através do investimento em bens de substituição, renovação e expansão, no valor estimado de

cerca de 535,6 milhões euros, a realizar durante o período remanescente da Concessão. Encontram-se incluídos neste valor os investimentos em curso já adjudicados (empreitadas e estudos e projectos) à data de 31 de Dezembro de 2004 e que se indicam no quadro seguinte:

Projectos	Designação	Adjudicação	Facturação	Saldo
PRJ I/314-0002	Intercepção do Sistema no Eixo de Lousa	4.421.249,00	4.421.249,00	0,00
PRJ I/314-0003	Intercepção do Sistema no Eixo de Bucelas	2.966.945,00	2.966.945,00	0,00
PRJ I/314-0004	Intercepção do Sistema no Eixo de Fanhões	8.121.372,00	7.817.976,00	303.396,00
PRJ I/314-0006	Emissário de descarga da ETAR de Ericeira	662.304,00	623.194,00	39.110,00
PRJ I/314-0007	ETAR de Vila Franca de Xira	10.808.874,59	7.452.092,88	3.356.781,71
PRJ I/314-0011	SIG - Fase I	135.020,00	135.020,00	0,00
PRJ I/314-0014	Revisão do estudo de impacte ambiental da ETAR Alverca	54.673,00	54.673,00	0,00
PRJ I/314-0017	Remodelação das estações elevatórias do Interceptor Algés- Alcântara	42.500,00	42.500,00	0,00
PRJ I/314-0018	Beneficiação da ETAR de São João da Talha	75.600,00	75.600,00	0,00
PRJ I/314-0019	Projecto de execução da Foz de Lisandro - Fase I	46.750,00	42.245,00	4.505,00
PRJ I/314-0020	Projecto de execução do sistema interceptor de Castanheira do Ribatejo	60.572,00	60.572,00	0,00
PRJ I/314-0021	Projecto de execução do sistema interceptor de Vila Franca de Xira e Alhandra	178.727,00	178.727,00	0,00
PRJ I/314-0022	Beneficiação da Estação Elevatória de Sacavém	14.440,00	12.996,00	1.444,00
PRJ I/314-0023	Levantamento Cadastral e Inspeção do interceptor Caneças/Ramada/Odivelas	39.841,00	39.841,00	0,00
PRJ I/314-0024	Projecto de execução do sistema interceptor Largo Chafariz de Dentro - Cais do Sodré	229.136,00	229.136,00	0,00
PRJ I/314-0025	Sistema Elevatório de Alcaínça	122.103,00	122.103,00	0,00
PRJ I/314-0026	ETAR Alcaínça	236.164,00	236.164,00	0,00
PRJ I/314-0027	Interceptores, condutas e estações elevatórias de Ribamar	1.209.876,00	1.209.876,00	0,00
PRJ I/314-0031	Adaptação e completamento da ETAR de Alcântara - vertente B	4.521.639,00	4.377.067,74	144.571,26
PRJ I/314-0032	Estudo Prévio da Bacia da Ribeira de Algés	115.364,00	85.421,00	29.943,00
PRJ I/314-0033	Projecto Base da ETAR de Alverca	222.186,00	222.186,00	0,00
PRJ I/314-0034	Beneficiação da ETAR Beirolas	53.430,00	18.701,00	34.729,00
PRJ I/314-0037	Emissário da Quinta do Fidalgo	21.268,00	21.268,00	0,00
PRJ I/314-0038	Projecto de Execução das Bacias afluentes à EN8	147.075,46	98.072,00	49.003,46
PRJ I/314-0039	Remodelação do projecto de execução do emissário da Verdella	9.220,00	8.200,00	1.020,00
PRJ I/314-0040	Erradicação da Bacia da Ribeira Casal Novo	86.803,00	86.803,00	0,00
PRJ I/314-0041	Projecto de Execução Foz Lisandro - Fase II	57.725,00	28.285,00	29.440,00
PRJ I/314-0042	Erradicação da Bacia da Ribeira Prior Velho	91.721,00	87.006,00	4.715,00
PRJ I/314-0043	Levantamento Cadastral e Inspeção do Emissário de Loures L	136.609,00	136.609,00	0,00
PRJ I/314-0044	Erradicação da Ribeira da Póvoa	128.263,74	69.384,00	58.879,74
PRJ I/314-0045	ETAR Chelas - by-pass filtração e desinfecção	12.000,00	3.000,00	9.000,00
PRJ I/314-0046	Projecto de execução do subsistema do Gradil/Caneira Nova/Caneira Velha	41.390,00	27.317,00	14.073,00
PRJ I/314-0047	Projectos de execução do subsistema de Alverca - Póvoa de Santa Iria, Alverca e Sobralinho	86.500,00	12.975,00	73.525,00
PRJ I/314-0048	Elaboração do Projecto de execução do subsistema do Carvalhal	25.577,00	19.183,00	6.394,00
PRJ I/314-0049	Levantamento Cadastral , Inspeção e Limpeza dos Sistemas Interceptores de Chelas e Beirolas	214.741,86	105.155,00	109.586,86
PRJ I/314-0050	Fornecimento e montagem de equip. silos lamas - ETAR de Mafra, Malveira e Ericeira	401.434,00	373.447,00	27.987,00
PRJ I/314-0051	Monitorização dos meios receptores	379.438,00	190.907,00	188.531,00
PRJ I/314-0052	Elaboração do projecto de saneamento do subsistema de Frielas - Santo Estevão das Galés/Lousa	17.340,00	2.601,00	14.739,00
PRJ I/314-0053	Interceptores e emissários da bacia do Rio Trancão - Sintra e emissário L	1.700,00	1.700,00	0,00
PRJ I/314-0054	ETAR Frielas - Reparções gerais de construção civil - obra	10.500,00	9.750,00	750,00
PRJ I/314-0059	Projecto e construção de acessos, reparação e consolidação do Caneiro de Alcântara Fase I	10.109,00	10.109,00	0,00
PRJ I/314-0063	Adaptação e completamento da ETAR de Alcântara - vertente C	3.495,00	3.495,00	0,00
PRJ I/314-0065	Reformulação projecto execução Interceptor Figo Maduro/Quinta das Pretas	27.560,00	27.560,00	0,00
PRJ I/314-0068	Forn. montagem equip. para etapas de gradagem e desidratação da ETAR Beirolas	9.450,00	9.450,00	0,00
<b>Total</b>		<b>36.258.685,65</b>	<b>31.756.561,62</b>	<b>4.502.124,03</b>

**NOTA 32 – GARANTIAS PRESTADAS**

A SIMTEJO tem activas as seguintes garantias bancárias prestadas:

- Garantia Bancária n.º 02/036/91348, sobre o Banco BPI, no valor de 114.654,60 euros, a favor de NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, SA, respeitante ao arrendamento da sede social da Empresa;
- Garantia Bancária n.º 02/051/91743, sobre o Banco BPI, no valor de 249.398,95 euros, a favor do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, para cumprimento dos deveres contratuais emergentes da Concessão.

**NOTA 34 – PROVISÕES ACUMULADAS E EXPLICITAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS**

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19 - Provisões p/aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - Provisões p/cobranças duvidosas	0,00	36.225,00	0,00	36.225,00
29 - Provisões p/riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - Provisões p/depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49 - Provisões para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>36.225,00</b>	<b>0,00</b>	<b>36.225,00</b>

**NOTA 35 – CAPITAL SOCIAL**

O capital social da SIMTEJO ascende a 1.700.000 euros, realizado na sua totalidade em dinheiro, e encontra-se distribuído da seguinte forma:

<b>Accionistas</b>	<b>%</b>	<b>Capital</b>
Águas de Portugal, SGPS, SA	50,50	858.500
Município de Lisboa	23,50	399.500
Município de Loures	11,50	195.500
Município de Vila Franca de Xira	4,00	68.000
Município de Amadora	3,50	59.500
Município de Mafra	3,50	59.500
Município de Odivelas	3,50	59.500
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>1.700.000</b>

### NOTA 36 – ACÇÕES EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL

O capital social está representado por 340.000 acções de classe A, com um valor nominal de 5 euros cada. As acções de classe A devem representar, sempre e pelo menos, 51% do capital social com direito a voto. Os titulares destas acções, que são nominativas, só poderão ser entes públicos.

As acções representadas encontram-se discriminadas da seguinte forma:

<b>Accionistas</b>	<b>Acções - Classe A</b>
Águas de Portugal, SGPS, SA	171.700
Município de Lisboa	79.900
Município de Loures	39.100
Município de Vila Franca de Xira	13.600
Município de Amadora	11.900
Município de Mafra	11.900
Município de Odivelas	11.900
<b>Total</b>	<b>340.000</b>

**NOTA 37 – PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO**

Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%:

<b>Accionistas</b>	<b>%</b>
Águas de Portugal, SGPS, SA	50,50
Município de Lisboa	23,50

**NOTA 40 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS**

<b>Rubricas</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Aumento</b>	<b>Diminuição</b>	<b>Saldo Final</b>
Capital Social	1.700.000,00			1.700.000,00
Reserva Legal				0,00
Reservas de reavaliação				0,00
Reservas livres				0,00
Resultados transitados	-1.168.204,20	-1.513.639,04		-2.681.843,24
Resultado do exercício	-1.513.639,04	1.660.922,31	-1.513.639,04	1.660.922,31
<b>Total</b>	<b>-981.843,24</b>	<b>147.283,27</b>	<b>-1.513.639,04</b>	<b>679.079,07</b>

**NOTA 41 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS**

<b>Rubricas</b>	<b>Mercadorias</b>	<b>Mat. Primas, Subsidiárias e de Consumo</b>
Existências iniciais		29.552,56
Compras		754.625,46
Regularização de existências (+/-)		0,00
Existências finais (-)		49.570,53
<b>C.M.V.M.C.</b>	<b>0,00</b>	<b>734.607,49</b>

## NOTA 43 – REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais, no exercício de 2004, foram as seguintes:

Conselho de Administração	299.581,79 euros
Fiscal Único	15.167,00 euros

## NOTA 44 – REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 “Vendas” e 72 “Prestações de serviços”, por actividades e por mercados:

<u>Mercado Interno</u>	<u>Valor</u>
Prestação de Serviços a Municípios	24.548.849,98 euros
Prestação de Serviços a Entidades Privadas	64.451,32 euros
<b>Total</b>	<b>24.613.301,30 euros</b>

## NOTA 45 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2004	2003		2004	2003
681 Juros Suportados	2.513.310,54	731.114,60	781 Juros Obtidos	2.494.618,29	1.699.830,68
682 Perdas em Empresas Grupo e Assoc.			782 Ganhos em Empresas Grupo Assoc.		
683 Amortização Investimentos Imóveis			783 Rendimentos de Imóveis		
684 Provisões Aplicações Financeiras			784 Rendimentos de Participação Capital		
685 Diferenças Câmbio Desfavoráveis	47,79	118,38	785 Diferenças de Câmbio Favoráveis		
686 Desc. Pronto Pagamento Concedidos			786 Descontos Pronto Pagamento Obtidos	258,70	403,50
687 Perdas Alienação Aplic. Tesouraria			787 Ganhos Alienação Aplic. Tesouraria		
688 Outros Custos e Perdas Financeiras	996.496,86	185.321,77	788 Outros Prov. e Ganhos Financeiros		43,95
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>-1.014.978,20</b>	<b>783.723,38</b>			
	2.494.876,99	1.700.278,13		2.494.876,99	1.700.278,13

**NOTA 46 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS**

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
	2004	2003		2004	2003
691 Donativos		100,00	791 Restituição de Impostos		
692 Dívidas Incobráveis			792 Recuperação de Dívidas		
693 Perdas em Existências			793 Ganhos em Existências		
694 Provisões em Imobilizações	2,83		794 Ganhos em Imobilizações	2.773,30	
695 Multas e Penalidades	310,00	790,87	795 Benefícios de Penalidades Contratuais		
696 Aumentos Amortizações e Provisões			796 Reduções de Amortizações e Provisões		
697 Correções relativas Exercício Anterior	2.915.635,88	2.578.856,02	797 Correções relativas Exercício Anterior	523.454,24	15.837,04
698 Outros Custos e Perdas Extraordinárias	2.233,32	6,90	798 Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	959.078,27	1.459.623,86
<b>RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</b>	<b>-1.432.876,22</b>	<b>-1.104.292,89</b>			
	1.485.305,81	1.475.460,90		1.485.305,81	1.475.460,90

**Notas:**

A conta 697 – Correções relativas a exercícios anteriores decompõem-se nos seguintes saldos:

- notas de crédito aos clientes referentes aos anos de 2002 e 2003, efectuadas no âmbito do acordo de viabilidade aprovado em Novembro de 2004 – 2.881.875,10 euros
- outras regularizações referentes aos anos de 2002 e 2003 – 33.760,78 euros

A conta 797 – Correções relativas a exercícios anteriores decompõem-se nos seguintes saldos:

- regularização dos prémios ao pessoal referentes a 2003 e não distribuídos em 2004 – 491.662,40 euros
- outras regularizações referentes aos anos de 2002 e 2003 – 31.791,84 euros

A conta 798 – Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários é decomposta, na sua essência, pelos valores, referentes às amortizações do exercício, do subsídio a receber proveniente do Fundo de Coesão e do conceito de “justo valor” considerado na integração de infra-estruturas oriundas dos Municípios integrantes do Sistema.

**NOTA 47 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- 
- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA, não possui quaisquer acções próprias nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2004, não foram efectuados quaisquer negócios entre a SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA e membros dos seus Órgãos Sociais;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Setembro, informa-se que a SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de Dezembro de 2004, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de Dezembro, cujo pagamento se efectuou em Janeiro de 2005, nos prazos legais;
- d) Na nota 35 deste relatório é apresentada a estrutura accionista completa da SIMTEJO – Saneamento Integrado dos Municípios do Tejo e Trancão, SA. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447.º e 448.º do CSC.

**NOTA 48 – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS.**

**48.1 – Remuneração dos Capitais Próprios**

De acordo com o Contrato de Concessão, é prevista uma remuneração adequada dos capitais próprios, que corresponderá à aplicação, ao capital e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

O quadro seguinte explicita os movimentos e saldo da remuneração dos capitais relativos ao exercício de 2004, por accionista:

<b>Accionistas</b>	<b>Situação em 31 de Dezembro de 2003</b>	<b>Remuneração do Exercício de 2004</b>	<b>Situação em 31 de Dezembro de 2004</b>
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	141.731,46	71.455,54	213.186,99
Câmara Municipal de Lisboa	62.862,70	33.030,73	95.893,43
Câmara Municipal de Loures	32.781,32	16.308,19	49.089,51
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira	10.700,03	5.622,25	16.322,28
Câmara Municipal de Mafra	9.915,34	4.958,96	14.874,30
Câmara Municipal de Odivelas	9.453,50	4.925,97	14.379,47
Câmara Municipal de Amadora	9.264,62	4.912,48	14.177,10
<b>Total</b>	<b>267.783,78</b>	<b>141.214,11</b>	<b>417.923,08</b>

As taxas utilizadas para o cálculo dos montantes acima referidos foram as seguintes:

<b>Ano</b>	<b>OT</b>	<b>OT (acrescido de Prémio de Risco de 3%)</b>
<b>2004</b>	<b>4,14%</b>	<b>7,14%</b>

**48.2 – Estado e Outros Entes Públicos**

<b>EOEP - Saldos Devedores</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
IRC	83.267,60	32.766,22
IVA a Recuperar	3.373.428,09	1.196.159,09
<b>Total</b>	<b>3.456.695,69</b>	<b>1.228.925,31</b>

<b>EOEP - Saldos Credores</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
IRC	14.327,14	0,00
Retenções de IRS	73.480,37	38.975,12
Taxa Social Única	78.737,52	71.183,41
Caixa Geral de Aposentações	1.499,08	1.797,44
ADSE	66,11	83,92
<b>Total</b>	<b>168.110,22</b>	<b>112.039,89</b>

**48.3 – Outros Devedores e Credores**

<b>ODC - Saldos Devedores</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Pessoal - Adiantamentos	78,64	18.289,10
Devedores Diversos - Fundo de Coesão	4.088.881,15	7.471.901,13
Devedores Diversos - Diversos		1.898,49
<b>Total</b>	<b>4.088.959,79</b>	<b>7.492.088,72</b>

<b>ODC - Saldos Credores</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Pessoal - Descontos judiciais	596,30	633,80
Sindicatos	684,04	640,19
Credores Diversos		
Accionistas	54.796.812,55	38.960.183,20
Accionistas-actualiz. dividas a m/l prazo	-4.983.792,37	
Outros	7.144.274,93	722.982,01
<b>Total</b>	<b>56.958.575,45</b>	<b>39.684.439,20</b>

A rubrica Accionistas - actualização das dividas a médio e longo prazo refere-se à actualização das dividas de médio e longo prazo ao seu valor presente.

A conta Credores Diversos – Accionistas é decomposta da seguinte forma:

<b>Rubricas</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Accionistas - Contrato de Arrendamento	39.991.618,03	23.914.610,01
Accionistas - Realização de Capital	14.499.250,00	7.902.500,00
Accionistas - Empreitadas transmitidas	0,00	6.533.367,59
Accionistas - Diversos	305.944,52	609.705,60
<b>Total</b>	<b>54.796.812,55</b>	<b>38.960.183,20</b>

A rubrica respeitante aos Contratos de Arrendamento reflecte valores considerados a médio e longo prazo, decorrentes das infra-estruturas municipais integradas no Sistema Tejo - Trancão, conforme referido na nota 14 deste anexo.

#### **48.4 – Acréscimos e Diferimentos**

<b>AD - Saldos Devedores</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Acréscimo de Proveitos		
Juros a Receber	4.133.595,68	1.644.341,36
Outros Acréscimos de Proveitos		15.973,07
	4.133.595,68	1.660.314,43
Custos Diferidos		
Rendas	23.186,36	22.596,64
Imputáveis à Concessão	483.052,17	508.912,37
	506.238,53	531.509,01
<b>Total</b>	<b>4.639.834,21</b>	<b>2.191.823,44</b>

Os acréscimos de proveitos reflectem, na sua essência, o cálculo dos juros de mora a debitar aos clientes da SIMTEJO, que decorre do Contrato de Concessão.

A rubrica de custos diferidos – “Imputáveis à Concessão” inclui o diferimento de determinados custos relativos à concessão incorridos na fase anterior à constituição da Empresa, sendo imputados de acordo com a duração da mesma.

<b>AD - Saldos Credores</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Acréscimo de Custos		
Remunerações a Liquidar	541.669,82	1.055.835,84
Juros a Liquidar	1.636.242,80	130.142,05
Amortizações Estimadas (DC 4)	22.736.771,70	18.387.663,13
Diversos	445.896,53	497.218,00
	25.360.580,85	20.070.859,02
Proveitos Diferidos		
Contratos de Arrendamento	9.422.696,14	16.173.078,30
Fundo de Coesão	7.037.236,77	9.198.388,66
Diversos	198.534,75	0,00
	16.658.467,66	25.371.466,96
<b>Total</b>	<b>42.019.048,51</b>	<b>45.442.325,98</b>

A rubrica de acréscimos de custos - juros a liquidar, inclui o valor de 1.477.788,68 euros respeitante ao cálculo dos juros referentes às entregas por conta do aumento de capital social que serão consideradas como suprimentos enquanto não se proceder à efectiva subscrição junto da Conservatória competente. A taxa aplicada é a mesma que seria calculada, conforme decorre do Contrato de Concessão, para a remuneração dos capitais próprios, isto é, corresponderá à aplicação de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco.

Está incluído na rubrica amortizações estimadas (DC 4) o reconhecimento anual das amortizações dos investimentos de realização certa nos anos seguintes, de acordo com o modelo económico suporte ao Contrato de Concessão, conforme referido na nota 14.

Os proveitos diferidos registam os subsídios a receber provenientes do Fundo de Coesão, bem como o conceito de “justo valor” considerado na integração de infra-estruturas oriundas dos Municípios integrantes do Sistema, igualmente conforme referido na nota 14.

#### 48.5 – Dívidas de Clientes

As dívidas de clientes ascendem a 56.722.668,29 euros. Deste valor, 56.638.144,36 euros respeitam à facturação emitida e não liquidada no âmbito dos Contratos de Recolha assinados entre a empresa e os Municípios integrantes do Sistema.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2005

Marcos Levi Santinho de Faria Miguel  
(Técnico Oficial de Contas)

Adriano Cabaços Tourais  
(Presidente do Conselho de Administração)

António Alberto Corte-Real Frazão  
(Vogal do Conselho de Administração)

José Rui Roque  
(Vogal do Conselho de Administração)

Ana Paula Correia Valla Chagas  
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Alexandra Gonçalves  
(Vogal do Conselho de Administração)

Carlos Manuel Martins  
(Vogal do Conselho de Administração)

José Maria Ministro dos Santos  
(Vogal do Conselho de Administração)